



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 66

Sessão Extraordinária Setembro

1.ª reunião em 19-09-2012

Aos dezanove dias do mês de Setembro dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, na qualidade de Primeiro Secretário e da Vogal Elisabete Krithinas de Freitas na qualidade de Segunda Secretária, e com a presença dos Vogais, Marco António Bruno Miguel Ribeiro Costa, Simão Pedro Fonseca Tavares Quina, António Mila Canhoto, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Victor Manuel Marques Oliveira, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sésnando Alves dos Reis, David Paiva Martins, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Fernando Manuel Ferreira Carvalho, Paulo Alexandre Florentino Marques, Catarina Flamengo de Andrade, Telmo Vieira Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Antero Marques dos Santos, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Pedro Machado Pires da Rosa, João Condinho Vargas, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Sérgio Filipe Oliveira dos Reis, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, João Alberto Simões Barbosa, Ivar Jorge Alves Corceiro, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, e António Manuel Santos Salavessa.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes membros:

Maria Teresa Lopes Ramos Santos. [001](#)

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Maria Teresa Cabral Figueiredo Rebocho Christo, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Helena Maria de Oliveira Dias Libório, João Francisco Carvalho Sousa, e José Manuel Gaspar Martins.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião do Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia, e dos Vogais, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Paulo Jorge Lopes Anes, João Carlos Martins Valente, Maria Inês Sequeira Bastos Abreu, Artur Paulo Madail Lobo, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Marco António Costa Gonçalves, Simão Pedro Fonseca Tavares Quina, António José Mila Canhoto, Fernando Manuel Ferreira Carvalho, Catarina Flamengo de Andrade, João Condinho Vargas, e António Manuel Santos Salavessa, respectivamente. [003](#)

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Victor Manuel da Silva Martins, Armando Manuel Dinis Vieira, e Manuel Viera dos Santos, se fizeram substituir nesta reunião, por Vitor Manuel Marques Oliveira, Firmino Marques Ferreira, e Sérgio Filipe Oliveira dos Reis, respetivamente.

Os sucedâneos, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Maria João Moreira Dinis, Vítor Manuel Marques de Oliveira, Anabela de Almeida Saraiva, Rui Guerra Miranda Macedo, Pedro Miguel Melo Castro Silva Pinheiro, e Paula Cristina Dias Urbano Antunes, pediram escusa.

Suspensão de Mandato: O Presidente da Mesa colocou à apreciação do plenário, o pedido de novo período de suspensão do mandato,⁰⁰⁴ nos termos do artigo 77.º, da Lei 169/99, na redação introduzida pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, da Vogal **Maria Inês de Sousa Botelho de Azevedo Mineiro**, no período compreendido entre 19 de Setembro a 31 de Dezembro de 2012, sendo substituída já nesta reunião pelo sucedâneo da lista de candidatura, Artur Paulo Madail Lobo. Não se verificaram objeções.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando o Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da Convocatória para esta Sessão extraordinária de Setembro, cujos pontos se transcrevem.

Ponto 1.- MOVEAVEIRO, Empresa Municipal de Mobilidade, EEM, deliberação:

- a) Celebração de "Memorando de Entendimento" entre o Município de Aveiro, a MOVEAVEIRO - Empresa Municipal de Mobilidade, EEM e as empresas Rodoviária da Beira Litoral, S.A., ETAC, empresa de Transportes António Cunha, S.A. e Caima Transportes, S.A., todas integrantes do Grupo Comercial TRANSDEV - condições gerais.**
- b) Concessão, em regime de serviço público, da atividade de Transporte Público Fluvial - condições gerais.**

Ponto 2. - Constituição do direito de superfície para a conceção, construção e exploração de quatro parques de estacionamento público em subsolo e concessão da exploração do parque de estacionamento sito no Mercado Municipal Retalhista "Manuel Firmino" e de lugares de estacionamento oneroso na via pública, na Cidade de Aveiro - condições gerais, deliberação.

De seguida, o presidente da Mesa, informou o plenário da existência de um pedido de intervenção do público que, nos termos regimentais, nas sessões extraordinárias se cumpre no final da sessão.

Por haver sido pedido pelo plenário, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁰⁵ a alteração à Ordem do Dia, para que o público possa usar da palavra no início da Sessão. Colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio.)

Usou da Palavra o munícipe *João Manuel Claro dos Santos*, ⁰⁰⁷representante do STAL, residente na Freguesia de Eixo, sobre os impactos sociais que terão os trabalhadores e a empresa municipal *MoveAveiro*, com a celebração do Memorando de Entendimento com a TRANSDEV e a concessão da empresa a privados.

Ponto 1.- MOVEAVEIRO, Empresa Municipal de Mobilidade, EEM, ⁰⁰⁸deliberação:

a) Celebração de "Memorando de Entendimento" entre o Município de Aveiro, a MOVEAVEIRO - Empresa Municipal de Mobilidade, EEM e as empresas Rodoviária da Beira Litoral, S.A., ETAC, empresa de Transportes António Cunha, S.A. e Caima Transportes, S.A., todas integrantes do Grupo Comercial TRANSDEV - condições gerais.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 16/08/2012, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

O Presidente da Mesa esclareceu o plenário que o documento não iria ter votação, apenas tão só apreciação, dado o entendimento do Presidente da Câmara de que não há obrigatoriedade do executivo em trazer esta matéria a deliberação, pois trata-se de um ato de gestão. O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para exposição do assunto.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁹

“Recorrentemente o tema “Moveaveiro” é aqui suscitado no decurso das Assembleias Municipais. Penso que não haverá tema tão transversal a todas as Assembleias como a Moveaveiro, quer da parte do executivo quer da parte dos partidos que integram a coligação, quer da parte dos partidos da oposição. Tem sido expressa aqui muitas vezes a preocupação em torno desta empresa e a necessidade e a urgência de serem encontradas soluções que possam dar futuro e dar viabilidade à empresa e aos postos de trabalho.

Ainda na Assembleia de Abril, da parte do executivo ela decorreu, essa reunião, penso que em Maio, foi aqui expressa e consta da acta que fruto da experiência que nós tínhamos recolhido no decurso do ano de 2011, fruto dos contactos que tínhamos também desenvolvido, acreditávamos que a médio curto prazo poderíamos vir aqui à Assembleia trazer algumas das propostas que no fundo integrassem aquela que era a vontade e os desejos da Assembleia.

Na análise a este assunto e estas propostas que aqui temos, e hoje apresentamos aqui em relação à Moveaveiro três propostas concretas que têm a ver com os transportes urbanos, com os transportes fluviais e com a Moveparque.

Há, e permitam-me que aproveite este momento de introdução que já fica para todos os temas a seguir, que relevo aqui dois factos que são importantes, que são fundamentais, que são nucleares, para que nós possamos todos fazer uma avaliação isenta, rigorosa, daquilo que se passa.

O primeiro facto, a primeira questão, é de origem financeira, de origem económica. O ano passado como sabem em 2011, pelo que se encontra espelhado nas Contas da Moveaveiro, os transportes urbanos criaram uma receita de um milhão e trezentos mil euros e originaram uma despesa de dois milhões e oitocentos mil euros.

Os transportes fluviais deram uma receita de trezentos e sessenta mil euros e provocaram uma despesa de novecentos mil euros.

A Moveparque deu um lucro final que ronda os duzentos e vinte mil euros. Somando isto dá aqui no ano de 2011, e não foi um ano até muito mau, o défice acumulado nesse ano foi rondou os dois milhões de euros.

Mas para termos a noção daquilo que está em causa nos custos efectivos, será bom conhecermos aquele que foi o valor transferido do dinheiro do município desde a fundação da Moveaveiro até à presente data. Isto é, dinheiro dos munícipes, de todos, do público, que é

gerido pelo município e que o município teve que canalizar, que transportar, para reduzir as dívidas da Moveaveiro e os prejuízos que ia acumulando.

E durante estes sete anos foi do município, já foi transferido, não há aqui intenções nem desejos, custou ao município durante estes sete anos estas transferências para a Moveaveiro treze milhões cento e oitenta e seis mil euros.

Isto é, o município viu-se na obrigação de transferir apenas para esta empresa municipal, em sete anos, treze milhões e quase duzentos mil euros.

Se acumularmos a isto os cerca de três milhões e seiscentos mil de passivo que a empresa tem nesta data e que vamos ter que pagar como é evidente, não podemos fugir a isso, significa que a todos nós nestes sete anos, do dinheiro público, do dinheiro de todos, foram disponibilizados, foram transferidos ou vão ser transferidos para a Moveaveiro nestes sete anos, qualquer coisa como dezassete milhões de euros.

E penso que nós enquanto contribuintes, enquanto membros eleitos, chegados a este ponto e com estes números e com esta realidade, temos o incontornável dever de perguntar: nas actuais condições do país, do município, dos cidadãos que são sobrecarregados com mais encargos, há condições objectivas e concretas para que nos próximos sete anos seja possível continuar a transferir dinheiro público com esta grandeza?

Temos condições com os cortes brutais nas receitas que nós temos, para todas as áreas, temos condições de garantir estabilidade e de garantir que podemos passar mais dezassete milhões nos próximos sete anos? A minha resposta, a minha análise é, não! Não há condições e se continuarmos neste percurso, se não o corrigirmos, se não o adaptarmos, se não o ajustarmos, isto vai ser muito problemático para todos, a começar pelos próprios trabalhadores.

Segunda questão também abrangente aos três processos que é importante analisarmos. Reporta-se à publicação da Lei já aqui referida há pouco, a Lei 50 de 2012, que foi aprovada em finais de Julho pela Assembleia da República, promulgada pelo Senhor Presidente da República em 20 de Agosto e publicada em Diário da República em 31 de Agosto, que se torna eficaz a partir do dia 1 de Setembro (que já passou). E o que é que no essencial diz essa Lei? Estamos a falar de uma Lei, no essencial, aplicando-a ao caso concreto de Aveiro e ao caso mais específico da Moveaveiro, essa Lei é inquestionável quanto à obrigação que o município tem (e falo de obrigação), de no prazo de seis meses extinguir a Moveaveiro.

Portanto ao município não lhe é questionado se concorda se discorda. A Lei diz «em seis meses tem que ser extinta a Moveaveiro.»

E em relação especificamente aos funcionários. Neste momento a Moveaveiro tem como sabem um universo de cerca de 150 funcionários. Desses, 80 funcionários tem o designado vínculo à função pública, portanto integram os quadros do município ou os quadros dos Serviços Municipalizados. Quanto a estes, aparentemente, e ressalvo aqui, e permitam-me que diga a terceira vez, aparentemente, porque não há certeza disso, mas aparentemente em termos profissionais não é expectável que venham a surgir situações de fratura e de despedimento. Não é expectável, aparentemente! Falta agora aprofundar, falta avaliar, falta ver isso e falta ver o resultado do que vai dar. Estas coisas podem ser muito duras de dizer e ainda mais duras de ouvir, mas a única forma que nós temos de tratar as coisas é falando verdade, não é dizendo “estejam descansados, está tudo bem, está tudo tranquilo” e depois mais à frente para ultrapassarmos o momento, e daqui a algum tempo acontecer aquilo que, enfim, ninguém deseja, mas que pode acontecer.

E quanto aos setenta trabalhadores que não têm vínculo à função pública, aquilo que a Lei prevê (e falo naturalmente em termos gerais) é que o município tem a possibilidade, por essa Lei, a possibilidade de poder celebrar com essas pessoas, desde que justifique naturalmente, mas têm essa possibilidade de poder vir a celebrar com essas pessoas, contratos a termo certo no máximo de seis meses. Portanto as pessoas enfim, aparentemente também aqui têm a questão quase resolvida. O problema não é nesses seis meses, o problema é, e terminando os seis meses? O que é que essa Lei diz? A Lei!? Zero. Portanto, nós podemos por seis meses

celebrar o contrato e a partir daí? A partir daí como sabem, os municípios estão proibidos de admitir novos funcionários e para abrir um qualquer concurso para admitir alguém, tem que ter a autorização prévia de três Ministros. Não é difícil antecipar o que vai acontecer. Naturalmente se há uma Lei que sai e que cuja intenção é reduzir o número de efectivos, não estou a ver que o município faça um pedido para um concurso para admitir pessoas e que ele venha a ser aprovado por esse mesmo Ministro! Portanto o que será mais normal acontecer é que essas 70 pessoas, no final desses seis meses, o município contra a sua vontade seja obrigado a despedir as pessoas. E não é o município que anuncia isto, também anuncia, é o STAL que anuncia isto. Aquilo que eu estou aqui a anunciar está aqui escrito num documento do STAL, muito embora aqui localmente diga uma coisa, o que está aqui escrito é a nível nacional. E neste documento preparatório para o encontro que vai decorrer no dia 20 de Setembro promovido pelo STAL, que foi amplamente distribuído e discutido por todos os trabalhadores, segundo a informação que foi dada, o STAL anuncia (já agora permitam-me também isto) aqui assim, portanto em relação a essa Lei que aqui está, este quadro social que traça é hoje agravado de forma preocupante com a proposta de Lei do Regime da Actividade Empresarial Local, que ia ser aplicada, representará um rude golpe para o Poder Local Democrático e fará pairar o espectro do desemprego sobre milhares de trabalhadores. A segunda parte da Lei é ainda mais gravosa, a filosofia decorre claramente do memorando de entendimento da Troika e do documento verde da reforma administrativa, na qual são propostos critérios objectivos, distinção de entidades com prazos curtos, promovendo a sua privatização e determinando o despedimento de milhares de pessoas, escrito pelo STAL. Os aspectos mais graves desta proposta estão na segunda parte, essencialmente nos critérios e solução obrigatória das empresas e no destino a dar aos trabalhadores destas. É aqui que se aponta para a dissolução de um grande número de empresas locais e se levantam os maiores obstáculos ao regresso das suas actividades, ao seio dos municípios. Esta Lei pretende destruir estas empresas de forma cega, penalizando as populações e condenando milhares de trabalhadores ao desemprego, isto é, não foi anunciado por nós, está aqui neste documento oficial do próprio STAL. Perante isto, só há uma de duas soluções perante este quadro, ou enterramos a cabeça na areia, “pá, isto não é nada connosco, enterra-se a cabeça deixa andar, vamos esperar para ver o que é que isto vai dar com o tempo. Temos ainda cinco meses para ver o que é que isto vai dar, a evolução que vai ter!” Bem esperamos, pronto deixa-se andar e depois podemos ser surpreendidos daqui a cinco meses ou cinco meses e meio que já só falta com a aplicação da Lei que nós somos obrigados a fazer, porque se não aplicamos a Lei temos consequências gravosas ou então temos o dever de procurar alternativas e foi isso que fomos dizer aos trabalhadores no dia 17 de Agosto quando lá fomos, foi tentar encontrar alternativas que possam minorar os estragos que esta Lei vai provocar. E da nossa parte, todos os que aqui estamos no executivo e acredito que de todos os que estamos aqui nesta Assembleia Municipal, nenhum de nós está disponível para deixar cair os braços e não fazer nada perante uma situação destas.

Estas são as duas questões transversais a todos os processos e que presidiram no fundo, ajudaram muito ao seu avanço desta forma. Vamos agora então ao Ponto só primeiro, que tem a ver com os transportes urbanos.

A proposta que têm na vossa mão, não é naturalmente de privatização, nem de venda, nem etc., nem sequer de supressão, é apenas uma proposta de suspensão de três das oito linhas que a Moveaveiro tem. São oito linhas que a Moveaveiro tem neste momento. É a suspensão por um prazo curto e definido dessas três linhas das oito que a Moveaveiro tem. É apenas e só isto e nada mais do que isto e tudo que se diga acima disto, não têm razão de ser absolutamente nenhuma. O que é que se passa? E o que é que se constatou? Como sabem há uma concessão, há um licenciamento do IMTT a uma empresa privada, que autoriza essa empresa no município a operar e a fazer ligações com o centro de outros concelhos ou de outras localidades. Neste momento temos no nosso concelho, devidamente autorizada e licenciada

pela entidade competente, uma empresa que faz percursos, centenas de percursos diários, estação – Ílhavo, estação – Palhaça, estação – Oliveira do Bairro, estação – Águeda, estação – Albergaria e como é evidente, faz percursos em duplicado, o mesmo percurso é feito pela Moveaveiro, por autocarros da Moveaveiro e pelos autocarros da Transdev, sendo que o privado não pode transportar ninguém, nem apanhar ninguém dentro do nosso concelho e nós naturalmente, não podemos apanhar ninguém fora do nosso concelho. E andamos os dois com autocarros a fazer uma viagem por exemplo daqui para Nariz, a fazer 35 quilómetros e vão os dois autocarros por aí, um para apanhar as pessoas da Palhaça, outro para apanhar as pessoas de Nariz e vamos gastar cada um os quarenta litros aos cem, que gasta um autocarro. Isto parece pouco, mas quando questionamos assim – então isto, esta duplicação de percursos feitos pelas duas entidades acontecem em quantos quilómetros? Cem quilómetros? Duzentos quilómetros por dia, trezentos quilómetros por dia? Não, acontece em dois mil e oitocentos quilómetros por dia que são feitos. Porque são os quilómetros a menos que nós iremos fazer com este processo, com este procedimento. Esta suspensão dessas carreiras nesses percursos, permite que os autocarros da Moveaveiro em cada dia, só nesses três casos, façam menos dois mil e oitocentos quilómetros por dia. Não é necessário falar nas poupanças que isso pode ter. Podíamos ter feito como fez, como aconteceu no Porto. No Porto houve simplesmente a supressão de algumas linhas. A entidade responsável decidiu acabar com aquelas linhas e acabou com as linhas e depois os privados vão para lá a seguir e fazem da forma que quiserem. Não nos pareceu esse o caminho mais indicado, porquê? Porque dessa forma o privado iria fazer os trajectos que fossem os melhores para eles, iria fazer naturalmente os horários que mais lhe conviessem e não iria servir na nossa perspectiva da melhor forma as populações. E pareceu-nos que era mais sério da nossa parte entabular um contacto com esse privado, colocando-lhe aquilo que seriam as nossas condições e as nossas exigências. E começava no primeiro momento por trajectos, o privado teria que estar disponível para ajeitar, acertar os seus trajectos aos nossos trajectos, em casos pontuais por exemplo Nariz, que passava ao lado de Nariz, mas tem que ir ao centro de Nariz naturalmente, Mamodeiro a mesma coisa e caso a caso foi tudo analisado, e ele teria que se disponibilizar para isso. Teria que naturalmente cumprir com os horários que fossem os horários que nós entendíamos como os mais correctos e teria naturalmente que ter que utilizar condições, e nomeadamente em termos de preços, para os utentes que fossem pelo menos, não fossem mais gravosos do que aqueles que a Moveaveiro já tem. Nos contactos havidos garantimos isso, pareceu-nos que garantimos o essencial, garantimos os percursos, garantimos as linhas, os horários e as condições. As condições até, e há casos, penso que já é do conhecimento das pessoas, há casos concretos em que há reduções significativas no preço que é pago pelas pessoas, nomeadamente casos de passes sociais, há reduções significativas, conforme documento que já tem sido distribuído. Tudo isto sem o município gastar nem pagar nesses casos, nessas situações, um único cêntimo.

Questões, alguns argumentos que têm sido utilizados neste processo, que é uma privatização, portanto não vale a pena perdermos mais tempo com essa questão da privatização. Que vamos ter menos rede, a rede vai diminuir! Não é verdade. A rede da Moveaveiro neste momento tem 120 quilómetros, a rede no concelho tem 120 quilómetros e se entrar em funcionamento aquilo que está previsto, passa a ter 153 quilómetros, portanto aumenta a rede em cerca de 27% que temos neste momento. Portanto, por aqui se depreende claramente que não há supressão de carreiras, nem de linhas que tem sido amplamente divulgado. Vai ser mais caro para os cidadãos? É só consultar a tabela de preços que está já definido e assente, para verificar que não é verdade isto. Vai ser mais no geral, vai ser mais barato para os cidadãos utilizarem este transporte, damos as carreiras que dão lucro e ficamos com aquelas que dão prejuízo? Que bom que era, se nós tivéssemos uma carreira que desse lucro! Que bom que era, naturalmente ninguém ficava com ela, éramos nós que ficávamos com ela, não iríamos dar isso. Só para dar esta ideia, se pedirmos aos serviços uma informação, o que é que deixamos de receber nestes

percursos que deixamos de fazer? E na estimativa que os serviços enviaram, que nos fizeram chegar, deixamos de receber anual, seiscentos e oitenta mil euros por ano que deixamos de receber. Quando questionámos os serviços e quanto é que nos custam estas carreiras, estas exactamente estas, a resposta foi, um milhão e cem mil, portanto há aqui, já aqui um ganho substantivo por parte do município. Estamos também a distribuir um serviço público, que temos o dever de manter e de pagar e aqui permitam-me uma reflexão, nós vivemos muito numa ilusão de que isto, o serviço público, alguém, menos nós o tem que pagar. A ilusão, há aí um milionário qualquer filantropo, há aí uma máquina de fazer dinheiro, há aí artes mirabolantes em que há um serviço público e depois... bem alguém o paga, não há problema nenhum! Isso é falso, é completamente falso como sabem, cada cêntimo de qualquer serviço público é pago por todos nós. E se tivéssemos tido dúvidas disto, basta recuarmos muito pouco tempo no tempo. Portugal viveu e o município também momentos de muitos serviços públicos, de muitas obras públicas, era tudo de interesse público, era o Éden de tudo o que fosse público. Está – nos a chegar a casa agora a factura disso, é o décimo terceiro mês, são os cortes que nós temos, são os aumentos das taxas, porque isto tem que ser pago por nós, não há aqui ninguém que pague. E infelizmente dá-se a volta e são sempre os mesmos que vão pagar isso que é o serviço público. O que tem que ser aferido não é o serviço público, é o interesse público desse serviço público, esse numa escala valorativa, deve ser o primeiro crivo, para analisar o interesse ou não do serviço público. Se há ou não interesse público. Se num serviço público e se um serviço que ninguém mais o possa fazer, ou que se o fizer faz mais caro ou faz pior, defendendo que o público como aqui aconteceu em 1959 quando a Moveaveiro foi criada, não havia quem fizesse o serviço. Não havia quem o fizesse, deve ser o público a fazê-lo, porque tem o dever de criar condições aos seus cidadãos. A partir do momento em que há uma situação, em que surge alguém que faz o mesmo serviço, que leva mais barato pelo serviço, que não obriga os cidadãos a pagar duas vezes o serviço, porque neste momento o serviço é pago pelo utente sem dar por ela duas vezes, é pago no bilhete e é pago depois quando tem que cobrir os prejuízos da empresa, neste caso dos dezassete milhões de euros que vão para lá. Portanto se feita a análise, se houver quem faça melhor, mais barato para os cidadãos, mais barato para nós, mais barato para o município, só por conservadorismo do milénio passado é que nós podemos continuar a defender, que desnecessariamente nós tenhamos que andar a gastar dinheiro. Nós veríamos aqui o dinheiro que é de todos, dinheiro que é dos cidadãos e temos o dever de o gastar da melhor forma e com o maior rigor possível.

Ultima afirmação que é aqui produzida que tem sido sistematicamente dita, este é um processo cozinhado nas costas da Assembleia, das entidades dos trabalhadores, dos aveirenses, é tudo nas costas. Da nossa parte, acreditamos que fizemos tudo com a maior lisura e com a maior transparência. Realizámos diversas reuniões com sindicatos, a quem informámos de tudo aquilo que se tinha passado e a quem facultámos as informações em relação a este processo. Envolve-mos no processo, e quero aqui agradecer muito às 14 Juntas de Freguesia, porque naturalmente foi decisivo o trabalho que tiveram na auscultação, na colocação de novas exigências dos horários dos percursos e durante este tempo todo deu uma ajuda insubstituível neste processo e nós queremos agradecer muito esse contributo que todos deram, para que a proposta final, aquela que terá que ir a reunião de Câmara naturalmente, com um memorando já descrito com os horários, os percursos, venha a recolher aquelas que foram muitas das propostas e das sugestões que foram apresentadas pelas Juntas de Freguesia. Fizemos, (falando da transparência) promovemos a nossa iniciativa, essa reunião na Moveaveiro com os trabalhadores, fomos lá cara a cara dizer-lhes coisas duras, aborrecidas, mas que são a verdade e que tinham que ser ditas às pessoas. Remetemos um pedido de audiência para o Senhor Secretário de Estado dos transportes, para expor todo o processo, para poder também aqui relatar sobre o mesmo. Remetemos para a entidade reguladora do sector uma primeira proposta de memorando para que o possa avaliar, para que o possa aqui relatar e para que sobre ele, em todos os aspectos que entender por bem, nomeadamente a questão da legalidade

se possa pronunciar, sendo certo como é nosso dever que respeitaremos integralmente aquilo que seja o parecer dessa entidade. E por último, que não em último, sem que nada o obrigasse, decidimos trazê-lo aqui, o assunto à Assembleia Municipal. O assunto podia ter avançado sem vir aqui, mas quisemos que pelas repercussões futuras que o processo irá ter, quisemos que por uma questão de transparência houvesse este espaço de discussão aqui assim, onde todos pudéssemos em liberdade expor os nossos pontos de vista. Ele está aqui, felicitamo-nos naturalmente por isso e ficamos ao vosso dispor, para prestar todos os esclarecimentos que forem tidos por convenientes.”

(Entretanto deram entrada na sala os Vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva e Raúl Ventura Martins.)

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa⁰¹⁰

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹¹

“Senhor Presidente, Senhores Deputados, caros cidadãos. O PCP tem uma posição pública sobre esta matéria, sobre a qual não há lugar a dúvidas. O PCP é por uma prestação de serviço público de qualidade. E se fosse possível medir o interesse e a pertinência do serviço público, o transporte público, é sem sombra de dúvida uma área em que a repercussão e o interesse são enormes, todas as reflectidas, incluindo a ambiental.

Portanto penso não existirem dúvidas em relação ao PCP, que é contrário a este processo. Sendo uma questão que eu não vou qualificar, vou apenas referir, porque se qualificasse poderia haver algum burburinho. Invocar uma redução na prestação de serviço público alegadamente de cerca de trezentos mil euros nestas três linhas, comparando aquilo que a Câmara diz perder em receitas, e aquilo que diz que vai diminuir nas despesas, comparando isto, com mais um milhão de euros mensais que são pagos aos bancos por juros de empréstimos, incluindo o empréstimo de Saneamento Financeiro (que não cumpriu os seus objectivos) e culpar um sector da população por aquilo que é feito, comparando esse valor com os cerca de trezentos mil com mais de um milhão de juros mensais para a Banca por conta dos empréstimos é no mínimo... bem, eu disse que não qualificava, fica apenas o apontamento.

A Câmara diz que não é concessão! Não é uma privatização! O que é que é então? É uma desistência! É um abandono do terreno! É um “fartar vilanagem”. Se não, porque é que a Câmara não falou com o grupo Transdev e disse-lhes assim: “nós vamos fazer aqui uma gestão mais equilibrada, nós desistimos de uma linha e vocês passam a parar em Cacia e nós fazemos lá uma estação de transfere, ok? E toda a gente que já vem nas camionetas, em Cacia, passa para a Moveaveiro. Ou em Nariz, fazia uma estaçãozinha transfere, a Transdev parava, estava lá o autocarro da Moveaveiro, era assim. A Transdev desistia de umas linhas e o município desistia de outras. Isto para uma regularização de diminuir os custos da exploração para ambos os lados. Isso não, mas é assim: é um absurdo, mas é disto que se trata.

A Câmara desistiu de prestar serviço público e deixa aos privados a prestação do serviço. Portanto é um abandono, uma desistência, e é acima de tudo uma confissão de incapacidade e de incompetência relativamente à gestão da Moveaveiro.

São invocados argumentos económicos, mas não demonstrados, e para os quais penso que a melhor resposta deve ser ou melhor, uma resposta que vem de encontro àquilo que nós defendemos, mas que é uma resposta que tem interesse, visto que foi gerada na própria Câmara por alguém que já pertenceu à gestão da Moveaveiro, a Senhora Vereadora Ana Neves, que nos diz na acta que «quando pertenci ao Conselho de Administração da Moveaveiro constatei que a gestão profissional não foi testada e que existia uma margem muito elevada para melhorar a sua performance.»

Esta é também a nossa convicção. De que era possível melhorar e aliás os trabalhadores apontam também no mesmo sentido, portanto que era possível fazer um caminho diferente, uma gestão diferente. Eu sei que há umas coisas desde a origem da MoveAveiro, que passou por comprar autocarros antigos, por comprar barcos que não se sabe para que é que serviam, enfim, toda uma série de actos de gestão que vindos de traz se traduziram, se projectaram, numa gestão errada que se manteve no tempo. Mas que era possível fazer melhor e este desafio é um desafio que continuamos a lançar a esta maioria ou a qualquer maioria, ou nova maioria que se venha a gerar em Aveiro, é que é possível fazer melhor.

Não há demonstração económica que justifique esta medida, tal como não há justificação do ponto de vista da defesa dos interesses dos trabalhadores. Não nos é trazido aqui nada.

É invocado a inevitabilidade da extinção da Moveaveiro. Sobre isto e sobre a defesa dos postos de trabalho que a Moveaveiro tem actualmente eu diria apenas que só fazia sentido a defesa dos postos de trabalho. Ou melhor a invocação da defesa dos postos de trabalho só faz sentido numa perspectiva, só faria sentido numa perspectiva, que era a integração pura e simples de todos os serviços nos Serviços Municipalizados.

É evidente que a possibilidade do pessoal contratado da Moveaveiro passar para os Serviços Municipalizados é uma possibilidade que existe se os Senhores não tomarem esta medida. Agora tomando os Senhores esta medida, essa possibilidade é muito mais remota.

O artigo 62.º da Lei que extingue ou que obriga à extinção das empresas municipais, e da Moveaveiro em concreto, diz que as empresas locais em processo de liquidação podem ceder às entidades públicas participantes os seus trabalhadores contratados, ao abrigo do regime do contrato de trabalho, etc., etc., na exacta medida em que estes se encontrem afectos e sejam necessários ao cumprimento das actividades objecto de integração ou internalização.

Portanto se a Moveaveiro fosse integrada nos Serviços, era possível passar os trabalhadores porque eles são necessários ao cumprimento das funções que foram objecto de internalização ok?

Só na medida em que a Câmara prescindia de algumas carreiras e que esses milhares deixem de ser necessários, então há problemas relativos à integração porque a partir do momento que a Câmara demonstre a necessidade dos trabalhadores para cumprir os serviços, eles podem ser integrados. Portanto esta é a interpretação que tenho e me dirão se for de outra maneira. Portanto não havendo vantagens financeiras e não havendo qualquer vantagem do ponto de vista da defesa dos interesses dos trabalhadores e muito menos da prestação do serviço público - que essa é a questão essencial - nós manifestamos a nossa oposição a esta medida. Foi afirmado em resultado da conferência de líderes, que este tema tem apenas apreciação. Hoje não há votação, até porque é a própria Câmara no comunicado desastroso que hoje foi publicado no Diário de Aveiro que diz que isto não tinha nada que vir aqui!? Portanto não sabemos o que é que estamos aqui a fazer, ok?

Ora, aquilo que eu quero deixar claro, é que o PCP entende que, é importante que esta Assembleia se pronuncie de forma inequívoca sobre esta matéria. Por isso mesmo, anúncio, que vamos proceder ao agendamento potestativo, no uso das nossas competências, para a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal que já terá início na próxima semana, de uma proposta de recomendação à Câmara que deixe muito claro a recusa desta “solução” e que recomende à Câmara a integração plena da Moveaveiro nos Serviços Municipalizados.”

Presidente da Mesa⁰¹²

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹³

“Boa noite a todos os presentes nesta Assembleia. É com tristeza que eu começo por dizer que nunca tinha ouvido (e não é fácil) uma enxurrada tão grande de falácias nesta casa!?”

Primeiro lugar: no Porto as linhas suprimidas pelos STCP foram linhas que deixaram de ter significado por causa do Metro do Porto.

Ou seja, por causa de outro transporte público e não para entregar linhas a um privado. Segundo: se é verdade que a Moveaveiro não pode apanhar ou largar pessoas fora do concelho de Aveiro a responsabilidade é exclusivamente da Câmara Municipal de Aveiro, que nunca se entendeu, nem nunca se quis entender com as Câmaras vizinhas nesse sentido. E até já chumbou aqui propostas nesse sentido.

É verdade também que se não há nenhuma carreira que dá lucro (e não está demonstrado em lado nenhum que não dá lucro) a responsabilidade também é vossa.

Desinvestiram tanto nos transportes públicos em Aveiro que eles deixaram de ser uma opção para os utentes.

Em Aveiro neste momento anda de autocarro quem não tem mais nenhuma hipótese — e não era assim! É assim agora por causa da vossa péssima gestão. Houve de facto uma péssima gestão da Moveaveiro. E a mim quer-me parecer que foi propositada ou então a incompetência do actual gestor da Moveaveiro, que por acaso é companheiro da filha do Vice-presidente da Câmara, é mesmo muito grande!

Basta ter nascido e crescido em Aveiro para perceber como as pessoas desistiram do que é o transporte público em Aveiro por uma opção do executivo da Câmara e por mais ninguém.

A população de Aveiro aumenta, mas os utentes da Moveaveiro diminuem — e tem sido esta a lógica. De resto só há uma hipótese para uma empresa como a Transdev querer explorar essas três linhas que agora vão ser abandonadas. É essas linhas serem lucrativas. Ou acham que a Transdev vai explorar linhas que dão prejuízo? Não. Vai explorar linhas que dão lucro e dão lucro porquê? Porque se calhar na Transdev há uma gestão séria que na Câmara nunca houve.

E a Câmara está assim a permitir uma situação de monopólio a um privado e uma situação de monopólio para um privado, como qualquer um de vocês sabe ou devia saber, é terrivelmente prejudicial para os utentes. Com o tempo é isso que vai acontecer. Os utentes vão pagar mais por este serviço.

Outra coisa. O Senhor Presidente não venha aqui dizer que trouxe esta discussão aqui só por princípio político, que nem sequer é preciso votar. Ali dentro, dentro da reunião da Comissão Permanente, é que o Presidente se apercebeu que não ia haver votação nesta matéria. Estava convencido que ia haver. Eu também não tenho problema nenhum em assumi-lo, mas agora não venho para aqui armar-me “ai, viemos só discutir política.” Não, não. Estavam convencidos. Foi por uma proposta do PS, foi pelo PS denunciar que não havia enquadramento legal para se votar isto aqui que o Presidente desistiu da votação.

Falácias à parte, gostava de chamar àquilo que nos traz aqui hoje ou seja dar-lhe um nome.

A Câmara diz que não é privatização! A Câmara diz que não é concessão!? Pois não. Chamemos-lhe então o que é: é uma negociata vergonhosa!

A Câmara Municipal de Aveiro pode dar o nome de Memorando de Entendimento, à entrega de forma gratuita e sem concurso público, de todas as actuais rotas da Moveaveiro ou algumas que dão mais lucro ao grupo comercial Transdev.

Mas não é um Memorando de Entendimento, é uma negociata vergonhosa que está a partir de um executivo, que já débil, e que cada vez que abre a boca ou entra mosca ou sai asneira.

O problema desta negociata é tão grande que vai afectar directamente e de forma grave quatro elementos essenciais, daquilo que devia ser a preocupação política de qualquer político.

O serviço público prestado aos utentes e aos cidadãos; a saúde financeira do município; o desenvolvimento económico e social do concelho; e por último e mais grave a vida dos trabalhadores da Moveaveiro.

E é pela vida dos trabalhadores da Moveaveiro que eu quero começar. Porque eu sou da altura em que Élio Maia prometia aqui criar dez mil empregos no concelho. Nessa altura foi aliás o ano passado, desde o ano passado não apareceram dez mil empregos, aliás nunca vi nenhum. Agora o que está a acontecer é exactamente o contrário, a Câmara Municipal é

incapaz de pôr as finanças em ordem, e para continuar a fazer este tipo de ‘negociatas’ corta no elo mais fraco ou seja, nos trabalhadores.

Fica assim demonstrado que a preocupação do Presidente da Câmara com os trabalhadores da autarquia aveirenses é igual a zero.

Por isso mesmo mandou até uma carta a todos os trabalhadores da MoveAveiro explicando-lhes tintim por tintim porque é que têm de ir para a rua.

Mas os trabalhadores, que fique aqui bem claro, não têm de ir para a rua. A Câmara Municipal é responsável por esses trabalhadores porque na prática foi a Câmara Municipal que pôs e dispôs sempre da Moveaveiro. E por isso a Câmara Municipal de Aveiro é a verdadeira entidade patronal destes trabalhadores e tem que assumir essa responsabilidade sem esconder a cara.

O Presidente falou aqui da obrigatoriedade de extinguir a Moveaveiro no prazo de seis meses. Bem, eu também acho extraordinário que acredite que daqui a seis meses ainda vamos ter este governo. Mas partindo do princípio que sim e eu acho que não, se estiver então os Ministros que decidem essa colocação dos trabalhadores na Câmara, são exactamente do mesmo partido que o vosso, o PSD. E por isso têm que se entender em defesa dos trabalhadores. Porque há uma alternativa a tudo isto. Essa alternativa é a municipalização de todos os serviços da Moveaveiro, com integração total dos trabalhadores e do seu património. É por isso que têm que lutar e não esconder a cara.

E eu podia saber, e é por todos em Aveiro menos vocês, que esta é a pior das opções para todos. Que a Câmara Municipal de Aveiro gastou hoje muito dinheiro, não sei quanto, (mostra a publicidade no Diário de Aveiro), que é uma das páginas mais caras com publicidade do dinheiro dos contribuintes. Não têm vergonha? Isto é dinheiro dos contribuintes. E aqui para quem não tem dinheiro isto é esquisito! Quanto é que custou esta publicidade? Quanto é que custou? É zero? Isto chama-se, ontem mesmo os sindicatos mandaram um comunicado para o Diário de Aveiro que não saiu. Isto é saltar por cima da edição jornalística, é ter medo da edição jornalística e ter medo do contraditório. Se não fosse grave dava para rir — mas infelizmente é grave.

E diz este anúncio que este processo não é uma concessão e não é uma privatização! É o quê? Trata-se apenas e só da substituição do serviço da empresa municipal pelo operador privado em apenas três das oito linhas. Apenas e só!? Não, não, trata-se de muito mais. Tratam-se das três linhas mais movimentadas e que se não dão lucro é por vossa causa. E trata-se de despedir trabalhadores com quem tiveram reuniões um a um, como forma de pressão, e trata-se de diminuir a oferta dos transportes públicos com um único objectivo, a Transdev aumentar o lucro.

E finalmente, porque eu sei que politicamente esta negociata pode sair daqui derrotada, quero dizer o seguinte: os transportes públicos são essenciais como elemento inclusivo e de justiça social, como factor de coesão do território, e dinamizador da economia do concelho e do país. Mas em Aveiro são também uma marca do concelho. O BE vai estar por isso muito atento às declarações de todos dos Presidentes das Juntas de Freguesias mais afastadas do centro urbano e tirar publicamente as suas próprias conclusões sobre essas declarações. Porque queremos acreditar que por serem aqueles que estão mais próximos dos seus cidadãos não podem concordar com isto.

Outra palavra para os deputados do CDS aqui presentes. Estamos politicamente muito distantes, mas naquilo que foi a manutenção deste serviço municipal durante décadas, pelo poder que o vosso partido já teve em Aveiro e já não tem, neste aspecto estamos próximos. A marca dos transportes públicos é também uma marca vossa. Hoje vamos tirar a limpo se a direita vota apenas por cego seguidismo partidário ou se pelo contrário é capaz de votar de plena consciência e em defesa de Aveiro e dos seus transportes. E por agora é só.”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹⁴

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁰¹⁵

Vogal António Salavessa (PCP)⁰¹⁶

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰¹⁷

Vogal João Barbosa (PS)⁰¹⁸

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹⁹

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁰

“Muito obrigado Senhor Presidente. Começava por dizer que o Partido Socialista entende hoje bem, e penso que grande parte da população. Porque é que o Senhor Presidente da Câmara decidiu a determinada altura não ser ele próprio o Presidente do Conselho de Administração da Moveaveiro. É visível, é perceptível o que é que aconteceu, pena é, o Senhor Vereador Carlos Santos ficou com essa incumbência de delapidar um dos grandes activos que este município tinha e tem, como já foi dito desde 1959 e que agora está a ser absolutamente abandonado, ou nos últimos sete anos tem sido absolutamente abandonado. E é esquisito como é que nós somos confrontados com um memorando, com uma proposta de memorando de entendimento na Câmara Municipal, sem que para tal o Conselho de Administração da Moveaveiro tenha tomado qualquer decisão ou pelo menos, não me foi entregue, não existe neste momento nenhuma acta, nada que diga claramente qual é a posição do Conselho de Administração da Moveaveiro e portanto ficamos sem saber exactamente quem é o autor desta criativa proposta! Mas bem, fosse o Conselho de Administração da Moveaveiro ou provavelmente os políticos responsáveis pela sua proposta, ao fim e ao cabo são os mesmos, estamos a falar do Senhor Presidente Élio Maia, o Senhor Vereador Carlos Santos e o Senhor Vereador Pedro Ferreira. E portanto de uma ou de outra forma, temos as três caras da responsabilidade desta proposta e esquisito ainda mais, quando o Conselho de Administração da Moveaveiro não toma nenhuma posição, mas teve tempo para escrever um comunicado de imprensa e publicá-lo no Diário de Aveiro de hoje, portanto terá sido um contributo que deu para este processo desgraçado, com o qual nos confrontamos hoje. E a verdade também é que somos confrontados com o memorando de entendimento e há pouco o Senhor Presidente dava um exemplo, digamos, não sei de onde é que vêm os números dos técnicos, disse ele, o exemplo do que é que ele deve e o haver, de uma das questões que está em causa, mas a verdade é que toma-se uma decisão destas e não é apresentado a ninguém um estudo técnico ou financeiro sobre a matéria ou seja, nós somos confrontados e os Vereadores já foram confrontados em Câmara, com três páginas, que não dizem rigorosamente nada, aliás o Senhor Presidente tem dito que é o memorando que está feito genericamente, para que possa ter alguns contributos, mas digamos que não foi enxertado com nada, porque de facto ele mantém-se exactamente intacto, pelo menos desde a decisão que foi tomada até aqui e a questão é que nós não sabemos exactamente o que é que representa, pelo menos financeiramente e também tecnicamente esta decisão. Há bocado tivemos uma novidade, o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores do executivo do PSD, tomaram a decisão de entregar seiscentos e oitenta mil euros à Transdev! Esta foi a primeira decisão ou seja, as tais três linhas que afirmamos que são as mais rentáveis ou as menos deficitárias, se assim quisermos dos percursos da Moveaveiro, que foram entregues de mão beijada, portanto o Senhor Presidente decidiu antecipar o Natal para a Transdev e entregar seiscentos e oitenta mil euros. E portanto aquilo que se trata, de facto não é de uma privatização, não é de uma concessão, é de uma oferta. O que estamos a falar aqui hoje é de uma oferta. Portanto não há nenhuma contrapartida, para entregar aquilo que neste momento era uma das partes mais interessantes, um dos activos mais interessantes que a Moveaveiro tinha na sua actividade. Mas este processo não vem de agora, este processo tem alguns anos. É importante lembrar e o Partido Socialista assume e assume com orgulho esta posição, de ter criado a empresa municipal Moveaveiro. Mas, não teve foi tempo de a gerir, porque os aveirenses não quiseram e muito bem. Não teve tempo de a gerir.

E como transferiram essa responsabilidade para essa maioria, eu lembro que a Moveaveiro foi criada em Março e as eleições foram em Outubro e o Partido Socialista perdeu as eleições, portanto nós não chegámos a gerir esta empresa, portanto o problema não é da criação da empresa Moveaveiro. O problema é na forma como se gere a empresa Moveaveiro. E a incompetência que é um traço, é um denominador comum de toda a actividade desta Câmara, também na Moveaveiro, obviamente teve o seu espelho! E hoje, quando o Senhor Presidente da Câmara diz que se gastaram dezassete, treze qualquer coisa milhões (?) e pelos vistos não vale a pena, porque não sei exactamente para que é que o Senhor Presidente da Câmara acha que o dinheiro público serve, senão para servir os cidadãos! E este é um caso paradigmático de um serviço que serve os interesses dos cidadãos. Agora, o que estamos a falar é de alguém que durante anos a fio, criou dificuldades, criou obstáculos, para que tanto os próprios trabalhadores, como a própria actividade da Moveaveiro, pudesse vir a ser tendencialmente positiva e rentável. Ainda que seja óbvio e basta ver as contas de todas as empresas municipais por este país fora, que os transportes colectivos são uma actividade deficitária e por isso é que os países, os Estados, as autarquias, decidem colocar no seu Orçamento determinado tipo de valor, para financiar esse serviço. Mas o que é que aconteceu? É que esta Câmara Municipal decidiu progressivamente diminuir a dotação orçamental, que estava definida e portanto não entrega sequer aquela que coloca no Orçamento e por isso é que hoje pode chegar aqui e dizer, neste momento a empresa tem 3 anos de resultados negativos e nós temos de a extinguir. E portanto obviamente que isto é uma criação e uma construção deste executivo municipal e portanto ele pode-se queixar exclusivamente de si próprio e não de mais ninguém. Mas a Moveaveiro ficou conhecida nos últimos anos, aliás dramaticamente também o digo, só ficou conhecida nos últimos anos e por este país fora, porque era notícia de jornal, porque o Conselho de Administração não pagava aos trabalhadores. Não pagou durante meses a fio aos trabalhadores! Passámos a ter um, dois anos, nos últimos dois anos nos jornais, notícias sobre notícias, em que os trabalhadores não ganhavam o seu salário. Bem e estamos a falar do Conselho de Administração da Moveaveiro, que por acaso é o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores que estão aqui à nossa frente. A questão que se coloca, relativamente a este memorando de entendimento é perguntar, qual é a perspectiva e a concessão que esta Câmara tem do serviço público? E a intervenção do Senhor Presidente da Câmara fez-me lembrar de facto, tiraria alguns anos e o bigode e fez-me lembrar a conferência de imprensa da outra quinta-feira do Senhor Primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, em que de facto a única coisa que serve como critério para tomar qualquer tipo de decisão é exclusivamente a questão financeira, tudo o resto o serviço público e o interesse, o colocar em causa a estratégia do município nos próximos anos, o colocar o dinheiro e a capacidade de utilizar os transportes públicos, como um instrumento da política de mobilidade da Câmara e portanto estamos a abandonar completamente aquilo que são as principais funções da autarquia. E nesse barco, por uma questão de exclusivamente financeira, neste barco vão trabalhadores, vão os utentes que hoje têm determinado tipo de serviço e que vão deixar de o ter, ao contrário daquilo que o Conselho de Administração afirma e é verdade, porque se não fosse o Senhor Presidente teria trazido à Câmara e a esta Assembleia os actos de comparação entre aquilo que vai acontecer e aquilo que está a acontecer neste momento, portanto se não o trouxe é por alguma razão e porque tem muito a esconder e queria falar sobre aquilo que também é a falácia das falácias deste executivo, que tem a ver com a questão da transparência e da participação. Mais uma vez dou o exemplo como já são muitos, mas dou o exemplo último que foi a situação por exemplo da construção do Alboi, em que o Senhor Presidente de facto fala com toda a gente, ouve toda a gente, só que depois pega nas suas decisões já previamente tomadas e portanto coloca todas as opiniões para o lixo e portanto faz obviamente um acto absolutamente demagógico e populista de parecer aquilo que não é e depois fazer exactamente à sua medida, as suas decisões. E este é mais um exemplo, em que

nenhuma decisão, nenhuma opinião de outras entidades, que não a Câmara Municipal, foram tidas em conta para este memorando de entendimento. Muito obrigado.”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰²¹

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁰²²

Vogal Romana Fragateiro (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²³

“Excelentíssimo Senhor Presidente, excelentíssima Câmara, excelentíssimos Senhores Deputados. Gostaria de me referir ao memorando de entendimento entre o município de Aveiro, a Moveaveiro e as empresas rodoviárias da beira litoral SA, ETAC – empresa de transportes António Cunha SA e CAIMA – transportes SA. Pensamos que o serviço municipal de transportes urbanos é o melhor para os aveirenses. Cada vez mais, nos tempos que correm, as pessoas têm que recorrer aos transportes públicos, não só de dia como de noite. Não nos podemos esquecer que muitas pessoas trabalham por turnos. A presente proposta da maioria acaba com um serviço municipal com mais de cinquenta anos e com a prestação de um serviço social fundamental para Aveiro e para os aveirenses, dado que no quadro deste memorando de entendimento a parte privada nos percursos acordados só fará esses percursos caso eles deem lucro. Estamos perante uma entrega e venda a retalhos, experimentalista, que só irá prejudicar os aveirenses. Gostaria também de perguntar o que vai acontecer às linhas da Moveaveiro, que agora continuam e no fim de seis meses acabam? Disse.”

Vogal António José Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: ⁰²⁴

“Muito obrigado, Sra. Secretária. Muito boa noite a todos os presentes nesta Assembleia. Após os esclarecimentos apresentados pela Câmara Municipal de Aveiro a esta Assembleia sobre o memorando de entendimento referido, o que para as catorze freguesias do Concelho de Aveiro não é novidade, porque ao longo do tempo fomos informados, consultados, auscultados sobre o processo. Para além da MoveAveiro e da Transdev estarem disponíveis para receberem sugestões, ou alterações, que as Juntas entendessem por bem e do interesse do seu público. Às catorze freguesias foram dadas garantias neste sentido.

Gostaríamos de fazer uma referência apenas a três pontos em benefício dos utentes, neste caso, da Freguesia de S. Bernardo. Horários, preços e comodidade.

Foram-nos facultados horários, tabelas de preços e depois de uma atenta análise no que se refere a horários, a Freguesia de S. Bernardo irá suportar mais carreiras em benefício da sua população.

Preços. Os utentes de S. Bernardo, ou seja, os utilizadores diários irão beneficiar de uma redução do seu passe mensal de onze euros e trinta cêntimos. O seu custo actual é de trinta e sete euros e meio e irá passar para vinte e seis euros e vinte cêntimos.

Comodidade. A viagem para cada passageiro, apesar de curta, será muito mais confortável, e a razão coloca-se no obsoleto parque rodoviário da MoveAveiro.

Resumidamente referimo-nos à lei governamental que defini e exige a extinção das empresas municipais que acumulam prejuízos. É certo e sabido que a MoveAveiro não vai poder escapar. Está no lote. É certo e sabido que a MoveAveiro tem o funeral marcado e já não faltam seis meses. Repito. Lei governamental cinquenta de dois mil e doze.

Pergunta-se. Se o Município de Aveiro durante estes seis meses nada fizer os transportes públicos simplesmente terminam, porque no final deste período não haverá trabalhadores. E depois?!

Lamento, sinceramente a grave situação dos trabalhadores mas a realidade é esta. Não vale a pena fantasiar. A lei governamental que está actual, está feita e obriga a proceder desta maneira.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰²⁵

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰²⁶

Vogal António Vieira (PPD/PSD)⁰²⁷

Vogal Francisco Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁸

“Boa noite a todos os presentes. E relativamente a este assunto, eu gostaria de começar por agradecer a quem de direito a esmola que foi concedida à Assembleia Municipal!? E a esmola deriva de uma frase que foi hoje publicada no jornal e que diz que “sem que nada obrigasse, foi decidida a convocação de uma reunião extraordinária, para debater a questão.” E porquê é que é uma esmola? Porque de facto nós só estamos aqui a debater a questão. O que foi está decidido foi decidido em reunião de Câmara relativamente a este Ponto. Nós não podemos alterar esta questão visto que não vamos deliberar aqui se a Câmara recuar naquilo que apresentou em reunião de Câmara. E portanto, agradeço de facto a oportunidade de nos dá da hipótese de discutir isto. Mas meus senhores, normalmente discute-se antes e decide-se depois. Só que aqui foi ao contrário - decidiu-se primeiro e discute-se depois! É Senhor Presidente, é Senhor Presidente, não é só neste caso, é também noutros.

Relativamente ao conteúdo desta proposta eu até achava que vocês estavam a ir no bom caminho relativamente à documentação que informava os Pontos, mas houve aqui um retrocesso brutal! Porque de facto parece que vamos discutir este Ponto com base apenas no memorando de entendimento!? Aliás, não fosse o comunicado publicado hoje no jornal, que foi o colmatar de um conjunto de informações que não vinham no memorando, estaríamos aqui a discutir outra vez sobre um conjunto de coisas vazias. Não há um número financeiro nos documentos que nos apresenta Senhor Presidente! Não há um número nos documentos que nos apresenta. Nós estamos aqui a discutir sobre 5 folhecas, 5 páginas, 5 páginas ou seja, a Câmara Municipal de Aveiro agora adoptou a estratégia de comunicar com a Assembleia Municipal e com os pares da Assembleia Municipal através do jornal. Valha-nos que é à borla segundo estavam a dizer! Valha-nos que é à borla.

Bem, postos os factos, vamos aqui a questões de pormenor ou questões de mais detalhe. Eu penso que é uma questão importante a relatar aqui que é perceber como é que chegámos aqui, porque o Senhor Presidente apresentou isto como uma fatalidade de facto. Chegámos a este ponto, não há mais nada a fazer! Pois não, mas havia, mas houve. E houve vários avisos aqui na Assembleia Municipal. O Senhor deputado Paulo Marques disse assim, apresentem sugestões. Pois foram aqui apresentadas, vá ler as actas. Vá ver as actas! E sabe o que é que o executivo fez? Ignorou. Ignorou. Estão lá nas actas sugestões apresentadas. Quer que eu lhe dê um exemplo? Eu dou-lhe um exemplo, o Senhor Presidente diz aqui “vamos aumentar a velocidade das carreiras.” Como Senhor Presidente!? Como é que se aumenta a velocidade comercial dos transportes públicos? Como? Não sabe!? Eu digo-lhe, sabe como é. Suprimindo os estacionamento em segunda fila por exemplo, por exemplo. E pergunte às pessoas comuns dos veículos se isto não corresponde à realidade? Por exemplo.

E essa sugestão foi dada aqui e foi metida no bolso. Não ligaram nadinha daquilo que foi apresentado em termos de sugestões relativamente à mobilidade. Mais. Primeiro decidem e depois estudam!? Plano Municipal de Mobilidade, Plano Intermunicipal de Mobilidade, onde é que estão? Onde é que estão? Não estão. Decidem e depois vamos estudar, mas pagamos o estudo na mesma. Mas pagamos o estudo na mesma.

Mais, mais questões que se colocam. Esta dádiva à Transdev (que é de facto uma dádiva!), porque se a Transdev já faz o circuito presumo que não vá aumentar os seus custos de exploração marginalmente, mas vai acrescentar muito mais a sua receita de exploração. Segundo o que o Senhor Presidente disse aqui são seiscentos e oitenta mil euros por ano.

E, portanto, a Transdev com os custos de exploração existentes com mais qualquer coisinha marginal, vai ter uma receita acrescida de seiscentos e oitenta mil euros por ano.

Assim, eu também consigo baixar os preços. E foi-lhe entregue de bandeja esta receita de seiscentos e oitenta mil euros por ano! A troco de quê? Mas já agora deixe que eu lhe faça uma pergunta: o que é que dizem os utentes que vêm de Águeda para Aveiro, que demoravam vinte minutos e agora com as paragens todas vão passar a demorar trinta ou quarenta ou cinquenta ou sessenta, alguém lhes perguntou alguma coisa?

Como é que sabemos, como é que a empresa vai gerir esta questão? Isso não se vai reflectir nos preços? São só duas questões, espero que as responda quando tiver oportunidade para o efeito.

Questão interessante também é pagarmos duas vezes o serviço público! Pagamos com impostos e pagamos no bilhete (ouvem-se vozes).

Pois é, na Saúde também é assim, pagamos com impostos e pagamos com as taxas moderadoras. Na justiça também é assim, pagamos com impostos e pagamos com as taxas judiciais. É tudo assim. Ou seja, qual é a solução que vai na vossa cabeça? Que se privatize tudo, justiça, saúde, tudo. Esqueceram-se que estão a falar de dinheiros públicos, esqueceram-se que há um dinheiro público que é utilizado para pagar. Para vos pagar também e muito bem, pois foram eleitos legitimamente.

O Senhor Presidente da Administração da Moveaveiro muito provavelmente não recebe vencimento na acumulação de funções, mas oh Senhor Presidente, isso não implica que não tenha que fazer qualquer coisinha na Moveaveiro!?

Tem que fazer, não lhe podem ter dito assim “o Senhor acumula funções, não tem vencimento acumulado, mas olhe que é preciso fazer qualquer coisa e o problema é que os Senhores não fizeram nada. Deixaram a Moveaveiro à deriva durante três anos. Quando aqui eram referidas as questões das ausências de transferências o Senhor Presidente dizia “pois é, é uma preocupação” mas não transferiam. Não transferiam dinheiro para a Moveaveiro. Mas agora que já poupou quinze milhões no défice podia ter aproveitado e ter transferido o dinheiro para a Moveaveiro.

Para terminar esta primeira fase de intervenção, isto não é nenhuma surpresa. Nenhuma surpresa, porque a estratégia que os Senhores utilizaram, se se pode denominar de estratégia, é a de alienar tudo aquilo que são os serviços municipais — quer que lhe dê um exemplo - a AdRA. E o que é que foi dito aqui sobre a AdRA? Estejam descansados que as taxas da água não vão aumentar. É o que se vê. E o que está a dizer aqui agora “estejam descansados que os bilhetes de transportes públicos não vão aumentar.”

Está visto no resultado da AdRA Senhor Presidente. Para já é só.”

Vogal Victor Manuel (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [029](#)

“Obrigado, Sra. Secretária. Sr. Presidente da Câmara, público presente e caros colegas. Em relação a este ponto da ordem de trabalhos, a Junta de Freguesia de Santa Joana e os seus eleitos nada tem a opor-se uma vez que na freguesia os seus cidadãos em nada são prejudicados, muito pelo contrário. São beneficiados com uma redução de preço na ordem dos trinta por cento, mantendo-se, na generalidade, os horários e os itinerários que estão actuais. Muito obrigado.”

Vogal Marques Pereira (PS) [030](#)

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [031](#)

“Boa noite, Sr. Presidente. Queria saudar a Mesa, a digníssima Câmara, todos os Srs. Deputados e o público presente.

Como presidente da Junta de Freguesia de Cacia relevar só, exclusivamente, ao que se passa na minha freguesia. Quando foram entregues estas propostas de alteração quer dos circuitos da MoveAveiro, quer das actividades da Transdev, a Junta de Freguesia fez um estudo disto e

concluiu que haveria necessidade de algumas adaptações de modo a cumprir melhor o serviço ao público na Freguesia de Cacia. Isso foi conseguido sobretudo em dois aspectos. Numa maior frequência de carreiras e na generalidade numa baixa dos preços dos bilhetes.

E foi neste contexto, perante os documentos que nos facultaram, que a Junta de Freguesia entende que este processo será benéfico para a população de Cacia.

Queria aqui fazer uma rectificação ao Sr. Deputado que me antecedeu: os documentos que eu tenho, que me foram facultados, dizem-me que um conjunto de dez bilhetes para a linha Transdev em Cacia, é de nove euros — e não os onze como vossa excelência disse. Obrigado.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[032](#)

“Senhor Presidente, não é para mim qualquer surpresa este processo. Este processo é no meu entender mais um passo que é dado por este executivo na destruição da riqueza do município. Destruição que foi feita no Parque Desportivo, lembram-se do Parque Desportivo da Visabeira, a quem foi dado quase de mão beijada a maioria do capital, aquela que ia investir não sei quantos milhões e queria criar não sei quantos postos de trabalho? Foi na AdRA e da concessão das águas, o Parque de Feiras, porque não? Enfim, é mais um passo na destruição da riqueza do município, que tem sido feito continuamente por este executivo.

E como eu vi as primeiras palavras do Senhor Presidente no jornal, até parecia que a Transdev estava a fazer um favor ao município.

Eu gostaria de dizer que na gestão das empresas há uma coisa que as empresas gostam mais e porque lutam mais, às vezes muitos anos, muito mais do que o próprio lucro. É o poder do monopólio! É o poder do monopólio.

Há empresas que sacrificam os lucros durante dezenas de anos para ter um monopólio de uma determinada actividade. E o monopólio destas carreiras é dado de mão beijada à Transdev!?

E porque é que o monopólio é importante para as empresas? É porque tendo o monopólio, mais dia, menos dia, porque para obter o monopólio, vem-se sempre com linguagem de mel, mais dia, menos dia, o monopólio permite que a empresa faça a fixação dos preços e como é monopolista, dos preços que quiser e muito mais, com muito mais razão, num local não regulamentado como são os transportes de Aveiro.

Senhor Presidente, a primeira pergunta que se põe portanto é, onde é que estão os estudos que suportam este memorando?

Senhor Presidente os tempos estão difíceis, mas considero que não faz qualquer sentido este memorando e não considero que ele seja a solução. Há uma coisa que as pessoas esquecem. É que as empresas não criam riqueza. No máximo as empresas geram lucros. Quem cria riqueza são os trabalhadores. E urge que na Moveaveiro, para que ela tenha solução, não são estas soluções do memorando, urge o quê no meu entender? Que se crie uma gestão responsável da Moveaveiro.

Uma gestão que dialogue com os trabalhadores na busca de uma solução. Estou certo que os trabalhadores estão conscientes das dificuldades. Mas também tenho a certeza absoluta que perante essas dificuldades, eles colaborarão na busca de uma solução porque, convenhamos, a Moveaveiro não acumula prejuízos porque sim ou porque não! A Moveaveiro acumula prejuízos, porque não tem tido uma gestão responsável, basicamente. Há bocado o meu colega dizia que o presidente não recebe dinheiro “tal trabalhito, tal dinheirito” como dizem na minha terra. E não tem recebido, convenhamos, as respectivas contrapartidas pelo serviço público que presta ao município de Aveiro. Essa é que é a grande questão.

Gestão e pagar aquilo que é serviço público. Uma palavra ao executivo, uma palavra sentida ao executivo, até acredito que o Senhor Presidente da Câmara e que este executivo goste e queira fazer coisas por Aveiro. Infelizmente não tem conseguido, não sabem, nem querem ouvir os conselhos que têm sido dados e os alvites que têm sido dados.

Mas há uma coisa que sempre podem fazer por Aveiro e que os fará redimir-se de todos os malefícios que têm feito por Aveiro. Demitam-se e deixem trabalhar quem sabe. Os aveirenses saberão agradecer o gesto. Disse.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³³

“Muito boa noite, excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, respectiva Mesa, excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, digníssimos Vereadores, Vereadoras, caros colegas. Espero que tenham tido umas boas férias e que tenham recarregado as baterias, para mais um ano difícil que se avizinha pela frente e que hoje aqui está bem espelhada de facto a dificuldade desta Câmara.

E eu de facto enfrento-me aqui com algumas questões, que gostaria de pôr à vossa consideração relativas à Moveaveiro. Fui surpreendido de facto por este agendamento e pelas justificações esplanadas aqui nos documentos que nos foram entregues.

Eu li-as atentamente e não posso deixar de confessar a minha perplexidade, como aveirense, como Social Democrata, como pessoa interessada por estas coisa e também como gestor.

De facto, aparecem soluções que no meu entender deveriam ter tido outro tipo de enquadramento, outro tipo de aprofundamento, outra maturidade na sua análise e nas consequências a tirar.

Quero eu dizer que de facto é-me difícil apreciar a bondade do que foi dito pela Câmara relativamente por exemplo ao transporte urbano e à concessão das três linhas.

Eu sinceramente preferia que tivesse havido e não é preciso aparecer uma Lei n.º 50/2012 a estabelecer um conjunto de medidas obrigatórias que têm que ser tomadas. Meus Senhores, é preciso apresentar um plano global de toda a actividade da Moveaveiro e das consequências da sua integração nos serviços e das consequências que vai ter ao nível da racionalização, em termos de recursos humanos, em termos da frota, em termos de serviço público, que urge e que é imperioso manter.

Sou das pessoas que acredita num serviço público, de público, não significa do estado público aos serviços dos cidadãos. Um serviço público pode ser feito por privados, pode ser feito pelo município, num ou noutra, separadamente ou congregadas, pode fazê-lo e isso pode resultar em benefício para a população, que é isso o fundamental. É evidente que quando o município de Aveiro é claramente preterido ou tem um tratamento pior relativamente aos subsídios, para o financiamento deste serviço público, comparando com outras localidades, naturalmente isto agrava a situação, claramente agrava a situação, nós não temos nenhuma almofada financeira do Estado, não temos nenhum cheque que venha do Orçamento de Estado para subsidiar a exploração da Moveaveiro. E nós somos confrontados aqui com um milhão, quatrocentos mil euros de prejuízo! Eu não acompanho de muito perto a evolução da Moveaveiro, portanto me irão perdoar alguma fragilidade na minha argumentação, mas parece-me como alguém disse, que haveria muito a melhorar em termos de operacionalidade. Haveria que equacionar todos os dados do problema e ver onde é que nós podemos potenciar as receitas por um lado e onde é que podemos reduzir os custos por outro. Como é que nós podemos melhorar os resultados da empresa? E como é que pode ser feita a sua integração nos Serviços Municipalizados? Esta questão é fundamental. E depois de termos estas questões todas resolvidas e de lermos o plano intermunicipal da mobilidade, que é fundamental, então sim, então sim, o município deveria vir a esta Câmara e dizer assim - temos aqui os dados todos do problema, vamos discuti-los com a verdade, com seriedade e toda a gente vai perceber as opções que nós vamos tomar. Eu confesso que sem esses elementos fundamentais para mim, é-me um bocado difícil sustentar a bondade das opções que foram tomadas. E eu aqui tenho que dar a mão à palmatória, porque de facto foram aqui (na minha óptica) dadas sugestões de todas as bancadas, umas mais inflamadas do que as outras é verdade, umas mais políticas do que outras, sem dúvida estamos num órgão político, mas a verdade é que houve aqui intervenções extremamente interessantes

que era preciso ponderá-las. Muito bem, porque a Moveaveiro é uma questão de todos e tem que haver o maior consenso público e estamos a falar do serviço público, terá que haver o maior consenso da sociedade aveirense relativamente a esta matéria. É o que se me oferece dizer nesta primeira fase e depois reservar-me-ei numa segunda fase, para dar mais esclarecimentos sobre essa matéria. Muito obrigado.”

Vogal Raul Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[034](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Deputado Olinto Ravara, devo-lhe dizer que nem sempre estamos de acordo aqui, mas que hoje comungo com muitas das suas preocupações, são preocupações que apresentou. E antes de fazer a minha pergunta eu queria enquadrar com o seguinte, é que o Senhor Deputado Olinto Ravara foi meu colega em Assembleias Municipais em que havia um órgão neste município que geria as águas, o saneamento, os transportes e não sei quantas mais e que no fundo era equilibrado e dava lucro. Acontece que este executivo decidiu vender a parte boa aos retalhos, dar! Dar. Por concessão, por exemplo a AdRA, as águas, que era o que equilibrava o sistema. Que era o que equilibrava o sistema. Pegou no dinheiro, estoirou com ele, pronto, desapareceu e agora temos este buraco! Temos este buraco que não há maneira de o tapar anualmente, que era aquilo que anteriormente era feito, dava de um lado para o outro e funcionava equilibradamente.

Vi com muito interesse a ideia de se retomar os SMA’s. Só que é que temos neste momento como é que vamos resolver? Que é o meu problema, como é que vamos resolver a falta da fonte de rendimento que impensadamente este executivo concessionou por uma còdea, gastou, e que estourou num ano e não foi para pagar dívida nenhuma, porque a dívida de curto prazo já é quase igual àquilo que existia na altura, quando eles pediram os cinquenta e oito milhões, como é que se vai equilibrar isso? É o meu problema.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[035](#)

“Eu agradeço as palavras simpáticas do meu colega e amigo Raúl Martins, que me dá oportunidade de escrever um bocadinho mais, desenvolver um bocadinho mais e que é o seguinte, eu considero que a criação da Moveaveiro foi um equívoco, primeiro ponto. Um equívoco, não devia ter sido criada. Estava a fazer o seu trabalho e se haveria que modificar alguma coisa seria sempre dentro dos serviços. Portanto não fui responsável pela criação! Não a apoiei e só sei que agora temos de facto aqui uma dificuldade séria para resolver.

Relativamente ao caminho, na verdade a Lei n.º 50/2012 vem apontar o caminho. Aponta o caminho e diz que a Câmara tem (diz claramente, até lhe posso citar o artigo, que é o n.º 2 do artigo 70 (salvo erro) que proceder à análise, à adaptação dos Serviços Municipalizados nos próximos seis meses. E portanto uma das questões que vão ser apresentadas é a previsão das necessidades orçamentais, que vai responder à sua questão. Eu não vou entrar na questão da AdRA, isso está fora aqui da questão! Não vou entrar por aí, mas vou-lhe dizer, vai ser necessário discutir com toda a clareza e profundidade a questão do Orçamento. E esta questão do Orçamento vai entroncar noutras questões que suportam a própria Moveaveiro, que é o Orçamento do município, que dentro em breve vamos ter que discutir e isso vai entroncar outra questão que também já aqui foi falada que é a questão do Saneamento Financeiro do município, como é que nós vamos resolver uma coisa que está ligada à outra? E o que é que o município vai apresentar para resolver o défice estrutural que existe? E essas questões enquadradas no novo plano de estratégia, de ajustamento, tanto financeiro como local, de acordo com a legislação que recentemente saiu. Estamos portanto aqui confrontados com uma complexidade de questões, que não se cingem à Moveaveiro, ultrapassam de longe o âmbito da Moveaveiro e que tem a ver com todo o município, com todos os aveirenses. Tem a ver com os trabalhadores da Moveaveiro que nos merecem naturalmente todo o respeito, mas tem a ver

com todos os aveirenses, tem a ver comigo e tem a ver com todos os que estão dentro da Câmara Municipal. E portanto vamos aguardar e vamos contribuir efectivamente, nós enquanto bancada do PSD, que apoia o executivo, vamos contribuir para que efectivamente apresentemos nos prazos devidos e não temos muito tempo, o tempo é muito curto, para que nós possamos de facto apresentar as soluções que os aveirenses merecem. Obrigado.”

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰³⁶

Vogal Carlos Barros (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁷

“Boa noite Senhor Presidente, boa noite excelentíssima Câmara, caros colegas. Bom, estamos presentes mais uma vez por um mau caminho que julgo que esta Câmara enveredou! E digo-o com mágoa. Porque só faço parte dela, ajudei-a a colocá-la neste lugar, sou cúmplice precisamente, mas penso que os erros podem ser corrigidos e são pelo menos sentidos e são corrigidos por quem está lá nesses lugares e quem terá a responsabilidade de os ter feito.

Mas ao menos eu sinto-os e não tenho 100% da culpa neles. Eu penso que mais uma vez nós estamos a reboque de uma lei governamental, que infelizmente este nosso governo também não está realmente a navegar nada bem nestas águas bastante turvas.

E portanto da mesma forma como o Governo tem andado para aí a impor situações extremamente graves, que depois recua, eu tenho uma certa esperança que esta Câmara também prende esta situação grave e que é um assunto que diz respeito a todos os munícipes e a todo o município de Aveiro, vejam isto de outra maneira e tentem alterar ou recuar nesta deliberação que tomou e ainda bem por um lado, que nós aqui nesta Assembleia apenas estamos agora a fazer a apreciação e não uma deliberação, porque se fosse uma deliberação, se calhar a Câmara era capaz de ter um cartão vermelho, hoje aqui nesta Assembleia! É lamentável, mas a Câmara tem que ouvir estas coisas. Desculpem lá, desculpem lá, evitem as palmas porque eu estou aqui para defender o município de Aveiro, pelo bem que se faz e quero condenar as coisas que considero erradas e que considero que muitos munícipes desta cidade sintam que estão erradas, pronto é isso que nós temos que combater. Nós temos que nos deixar de politiquices e temos que realmente fazer avançar a nossa cidade, que infelizmente está menos-mal. Portanto eram estas situações que eu queria dizer. A Moveaveiro foi criada há sete anos, oito anos, esta Câmara quando ganhou dizia no seu programa – já a extinção de empresas deficitárias, e já analisada a Moveaveiro. Porque é que só agora, a um ano de terminar o seu mandato, é que nos vem com essa situação? Será que durante os quatro anos, falo destes últimos três anos (que foram os últimos que eu cá estive) a Câmara não teria solução, se sê aliase com outros para a Moveaveiro, não teria arranjado outra solução ou não teria realmente conseguido outras situações? É realmente o que já foi aqui dito, é uma questão de estratégia de gestão, não houve, realmente não houve gestão para a Moveaveiro, assim como não houve para outras situações, mas eu estou a falar da Moveaveiro. Estamos aqui a falar porque realmente bastava a Câmara se calhar pôr a funcionar, como já tantas vezes tenho dito, a central de camionagem para os passageiros que vêm dos concelhos limítrofes serem descarregados ali na central de camionagem e directamente tomarem conta dos nossos autocarros municipais. E portanto logo aí aumentaria com certeza o volume de passageiros no nosso equipamento urbano ou não será assim? E pelo menos era mais receita, e bastante mais receita, (penso eu) que a Câmara viria a ter.

Em relação ao serviço social, todos os transportes públicos, em qualquer parte do mundo tem que haver um serviço social, se é muito ou se é pouco, mas ele tem que existir, porque todos nós temos que sobreviver e muito mais agora em Portugal, porque estamos todos na situação em que estamos. Portanto o serviço social não é o mau da fita! O serviço social tem que existir, temos é que de imediato arranjar argumentos e situações, para que ele seja mais social e menos custoso. E soluções há, temos é que pensar nelas, não nos vamos só sentar na cadeira

à espera que elas caíam, temos que pensar nelas e como já aqui foi dito também nesta Assembleia, muitas situações, muitas ideias foram ventiladas, que podem ser aproveitadas. E para terminar, não por último, pois realmente falta-nos aqui, já gastámos milhares de euros em Planos de Mobilidade e estudos de Planos Municipais de Mobilidade. Eu já estive nesta Assembleia em 1980 e já nessa altura se falava num Plano Municipal de Mobilidade. Eu estive nessa Assembleia de 1986 (salvo erro) voltou-se a aprovar os Planos de Mobilidade. Eu estou nesta Assembleia agora nesta altura e continuamos a falar num Plano Municipal de Mobilidade que ainda não existe!? Portanto vamos de uma vez por todas tudo o que estiver relacionado com a mobilidade devem realmente apresentar um Plano executável e nunca mais gastamos dinheiro em novos Planos, porque se este Plano não está aprovado até ao final desta Assembleia, para o ano a próxima Câmara que cá vier com certeza que nos vai obrigar a mais um Plano de Mobilidade e entregar mais um estudo a uma empresa externa. Isto é muito grave e é aqui que se gasta dinheiro.

Portanto estas ilusões tem que acabar de uma vez por todas.

E esta Câmara que defende o cariz do utilizador/pagador, então se esta Câmara defende o ser utilizador/pagador, e vocês dão de mão beijada seiscentos e oitenta mil euros a uma empresa privada desta maneira? Meus Senhores, por amor de deus. Muito obrigado.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[038](#)

“Muito obrigado. Subscrevo na íntegra a intervenção do meu colega de bancada que me antecedeu do CDS, partido que faz parte desta coligação. E queria em jeito de pergunta colocar a seguinte questão ao Senhor Deputado, depois de termos assistido já a mais de uma dezena de intervenções nesta Assembleia, que todas têm um denominador comum, que é uma crítica intransigente relativamente a esta proposta, acha o Senhor Deputado que a Câmara deve rever a sua posição e voltar a discutir e trazemos outra proposta e voltar a levar à reunião de Câmara outra proposta sobre este assunto? Muito obrigado.”

Vogal Carlos Barros (CDS)[039](#)

“Uma simples palavra — afirmativo.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[040](#)

“Senhor Presidente, serei breve, já são onze e meia e penso que até (não devemos agir em função disso) o público se vem aos órgãos democráticos, depois espera que haja consequência do que se discute. E o PS quer dar essa consequência.

Ao contrário do que já foi dito aqui logo no início na primeira intervenção, facto é que nós não podemos ter um poder deliberativo óbvio e inequívoco obrigando a Câmara a retirar. Mas podemos fazer uma recomendação objectiva. E nesse sentido o PS depois apresentará um requerimento à Mesa no sentido de uma proposta de recomendação que eu depois traduzirei mais tarde — no final da minha intervenção.

E eu tenho só aqui uns pontos muito breves. Um, a questão dos números que foi apresentada, é que nem bate certo! Dos números que foram apresentados aqui pelo Senhor Presidente da Câmara, os transportes teriam uma receita de seiscentos e oitenta mil euros/ano e um prejuízo ou um custo de um milhão e cem mil euros/ano.

E diz também aqui no “memorando de entendimento” «considerando que a maximização de todas as medidas (portanto depois de isto tudo funcionar) vão-se poupar, vão-se reduzir em cerca de metade o prejuízo mensal de cento e trinta e cinco mil euros.»

Ora eu multipliquei os cento e trinta e cinco mil euros vezes os doze meses e depois fiz a divisão dos 50% e deu-me um valor de oitocentos e dez mil euros!? É bem diferente dos

quatrocentos e vinte mil que resultam entre um milhão e cem mil euros do custo e os seiscentos e oitenta mil euros de receita.

E portanto fico sem perceber donde é que, presumo que os números do Senhor Presidente de Câmara e acredito que estejam correctos, mas não entendo como é que este número vem no Memorando.

Mas, se nos agarrarmos aos números e ultrapassando a questão da fatalidade da Lei 50/2012, esta Lei dá uma forma de saída clara — dá uma forma de saída clara. É possível fazer a remunicipalização da empresa. É simples. Nesse ponto de vista temos depois que perceber se queremos o serviço público ou não. Se esse serviço público, como diria o Senhor Presidente de Câmara, constitui efectivo interesse público ‘efectivo interesse público’ e quanto é que nos custa? Se temos capacidade ou não de reorganizar a empresa e acreditarmos nos dirigentes que lá colocarmos. E se há uma possibilidade, aos dias de hoje, financeira, de fazer reequacionar todo este serviço.

Os Transportes são uma bandeira da cidade desde 1954, há quarenta e cinco anos. E que o CDS no governo local bem soube preservar desde sempre. E portanto isto é qualquer coisa que nos diz também a todos algo.

E portanto isto tem que ser repensado e não pode ser repensado porque a solução que o Dr. Élio Maia e o executivo PSD apresentam é tão-somente a seguinte: trazem aqui este Entendimento e este Entendimento que depois é colmatado pelo tal anúncio publicado no Diário de Aveiro.... Oh Senhor Presidente, eu não tenho a certeza sequer que o que se propõe possa executável. Porque o Senhor diz ou diz o comunicado do Conselho de Administração no ponto 8, alínea e) “foi pedida uma audiência formal ao Senhor Secretário do Estado dos Transportes para explicar toda a solução encontrada”. Esta é a única informação que eu retiro deste comunicado! A única informação que temos é: o Senhor Secretário de Estado não vos recebeu! Porque vocês assim dizem que foi pedida a audiência e depois não tem consequência. Fiquei com a ideia que ele nem sequer vos abriu a porta.

Mas o seu objectivo, a sua obrigação como Presidente de Câmara e também como responsável por este serviço, era forçar o Secretário de Estado a entender a solução, perceber na Lei se há enquadramento, se há solução. Perceber isso. Era a sua obrigação.

Mais, depois diz na alínea f) que o documento final que informa a reformulação em curso que é este Memorando de Entendimento, foi submetida à entidade reguladora do sector!? Então e o que disse a entidade reguladora do sector? Já deu o parecer? É favorável, é desfavorável? Nós não sabemos. E se vier desfavorável, depois como é que fazem? Ficamos aqui com o menino nos braços?

E mais, este Memorando de Entendimento propõe uma solução a dois anos. Sendo certo que a Lei, a tal fatalidade da Lei, nos obriga a extinguir a empresa em seis meses!? Não se percebe. Ainda qualquer dia, vem atrás de nós depois pedir um dinheirinho de indemnização à Câmara, porque faltava um ano e meio ainda, do que havia de ganhar e não ganhou. E, portanto, é preciso repensar estas coisas todas.

Eu acho que muito sinceramente isto parece-me tudo em cima do joelho. Acho que o Senhor Presidente ainda vai muito a tempo. E acho que esta Assembleia deve recomendar fortemente, com uma grande unanimidade, sem a questão politiqureira, uma grande unanimidade ou a maior unanimidade possível ou a maioria possível, sem a politiquice do partido político, mas apenas no interesse dos cidadãos de Aveiro fazer o seguinte: pressionar, dentro das possibilidades que nos são oferecidas, que não temos mais do que essas, de recomendar a vossa excelência, mas confiando no seu bom senso (nós aqui representamos todo o espectro do município dos eleitores do concelho), recomendar à Câmara fortemente que:

1 – Retire esta proposta apresentada;

2 – Que repense seriamente o serviço de transportes e a possibilidade da sua remunicipalização.

E que esse repensar, que não seja feito por uma só cabeça, que seja feito por todos e com calma, que ainda temos algum tempo para repensar isto.

E uma terceira recomendação que lhe deixava Senhor Presidente, é tão só esta, que é, os Serviços funcionavam relativamente bem como disse ali o Dr. Raúl Martins, quando tinha a gestão da água para fazer o contra balanço. A questão é que nós cedemos a água numa perspectiva intermunicipal. E o Eng.º Ribau Esteves aqui da Câmara do lado interessava-lhe muito a água na altura porque dava dinheiro, mas não quis os transportes a nível intermunicipal. E eu disse-lhe na altura que um dos erros que esta Câmara cometeu foi não meter no bolo da água os transportes. Vamos a isso, vamos criar uma empresa intermunicipal de transportes, também com Ílhavo e os outros municípios também, no que é este serviço social dos transportes, que efectivamente tem um interesse público, e têm também um custo, mas é para isso também que servem os nossos impostos — se não fico sem saber para que é que servem. Fico sem saber!

E portanto tem que haver algum benefício. Tem efectivamente que haver um retorno e o principal retorno, não tenham dúvidas sobre isto, que um dos principais retornos que qualquer município de Aveiro tem a noção, de que os impostos que paga para a autarquia ou aqueles poucos que vão para a autarquia, o retorno objectivo que tem, logo a primeira coisa que lhe diz são, o serviço de transportes públicos. Não tenha qualquer tipo de dúvida disso. E portanto ainda vamos a tempo.

Vou esperar pela sua resposta com alguma calma. Eu estou-lhe a dar esta oportunidade, sendo certo que se as suas explicações e a sua reflexão sobre o pulsar desta Assembleia (inclusive é do seu próprio partido, do partido que o apoia) sobretudo até pela percepção que resultou um bocadinho clara e isto já é um bocadinho politiqueria, eu peço que me desculpem, mas que resultou clara, que já nem a sua própria coligação suporta este executivo, e será um assunto para vossa excelência depois analisar mais tarde.

Peço que reflecta bem e que nos dê agora provavelmente aquilo que todos queremos ouvir, de que vai repensar, recuar um pouco, também lhe faz bem e “não lhe caem os parentes na lama” e arranjar uma alternativa que seja decente e que sirva os interesses dos cidadãos, que é para isso que Vossa Excelência foi eleito.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[041](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Decidiu a Comissão Permanente que estávamos perante um ato de gestão e por isso é nesse enquadramento que temos que fazer as nossas intervenções.

E por isso já não estamos propriamente num ato deliberativo. E por isso não temos que nos pronunciar em concreto sobre este Memorando de Entendimento. O que nos permite então tecer algumas considerações mais gerais e de enquadramento que acho que são necessárias fazer. E também a história de como é que se chegou a esta situação, que hoje estamos aqui a viver nesta Assembleia Municipal de Aveiro.

Bom, um ato de gestão quando se faz tem sempre como objectivo o benefício de todos. Só assim é que se pode entender que seja o benefício de todos. E por isso é necessário que todos sejam envolvidos. E quando digo, todos, digo os utentes, porque com certeza que os utentes esperam um melhor serviço, um serviço com mais comodidade, um serviço com horários certos e não incertos, um serviço que saibam que lhes serve para todas as ocasiões e não só para algumas. Um serviço menos oneroso, que seja um serviço que esteja de acordo com as suas posses e com a dimensão social, que um serviço de transportes deve ter.

Os municípios também que utilizem os transportes públicos ou não, também têm a expectativa de que há um custo social a pagar pela mobilidade de todos os cidadãos de um concelho e de uma região. Mas como é óbvio, esses mesmos municípios, todos nós, sejamos utentes ou não, pagamos os nossos impostos para que esse serviço seja bem prestado. E se puder não ser tão

oneroso, pois que não o seja. E também os trabalhadores, porque os trabalhadores têm que ser parte da solução. Os trabalhadores são parte da solução se forem detentores de informação. E era aqui que gostaria de fazer um reparo porque me parece que há mais desinformação do que informação!

Estou a falar aqui de todos, todos nós estamos a ter responsabilidades pela desinformação e não pela informação. E é necessário que nós só podemos compreender que os trabalhadores possam ser parte dessa solução, se realmente puder ser conversado, puder ser explicado, quais são as vantagens para todos das soluções que se vão encontrar e que fazem parte do acto de gestão que neste momento aqui estamos a apreciar. E é por isso que de algumas intervenções que já ouvi aqui na Assembleia, me parece que nós realmente não estamos a prestar um bom serviço de informação. Não me parece que nós estejamos a prestar um bom serviço de informação quando se afirma que as linhas da Moveaveiro dão lucro! Porque os dados que nos têm sido fornecidos parece que nos mostram que realmente as linhas não dão lucro. E por isso, agora dizemos assim, mas as linhas têm que dar lucro? Não. É claro que as linhas não têm que dar lucro se nós acharmos que essas linhas são um bem social que deve ser suportado por todos. Agora não podemos dizer é que as linhas dão lucro, não podemos.

Assim como devemos evitar trazer para aqui assuntos cor-de-rosa, como por exemplo falar em namorados e outras coisas assim, que parece que também causam alguma perturbação, algum ruído e que segundo aquilo que ouvimos depois também dizer e porque não vem nas revistas cor-de-rosa, que afinal até não é assim tão verdade quanto nos foi passado, dizer aqui.

Pronto e por isso e também por exemplo quando nós vemos uma manifestação, com muitos trabalhadores a dizerem; privatização não, quando afinal se fosse uma privatização que nós estívéssemos aqui a tratar era um assunto da Assembleia Municipal, não era simplesmente um acto de gestão. Isto tudo então para nós podermos então reflectir com algum cuidado e esta Assembleia Municipal deve servir para isso, com algum cuidado, o que se passa no município de Aveiro.

É um facto que no município de Aveiro a responsabilidade para a prestação do serviço público de transportes colectivos rodoviário de passageiros é da Moveaveiro. Uma empresa que foi criada por livre iniciativa do PS. O mesmo PS que acabámos de ouvir, vem propor agora remunicipalização, sem que tivesse justificado minimamente o que é que o PS alterou, em termos das suas convicções de há alguns anos a esta parte?

Mas eu também acho que nós podemos mudar as nossas posições, porque nós devemos encontrar as melhores soluções. Se calhar numa determinada altura as melhores soluções são umas e depois passam a ser outras e nós devemos ter essa flexibilidade e pelo menos de corrigirmos alguns erros que possamos ter feito no passado.

A Moveaveiro também tem um encargo e tendo esta responsabilidade do serviço do transporte público, tem também o encargo com a manutenção e a exploração, é um cargo que tem e que o deve assumir.

Ficamos a saber também que os défices de exploração são os valores que aparecem nos memorandos e que, bom, sabemos que todo este serviço tem o seu custo. Mas ficámos a saber também outra coisa. É que há uma empresa que é privada, tanto faz, mas que vem ao encontro daquilo que são as expectativas dos municípios e que opera exactamente nos mesmos percursos e que está proibida por Lei de poder prestar um serviço também, de poder recolher passageiros, de poder deixar passageiros. E mais, sabemos que há aqui a possibilidade de essa empresa, poder dialogar com a Moveaveiro, primeiro para que se não dupliquem carreiras, depois para que não se gaste (e por isso não se duplicando carreiras), não haja tanto gasto de gasóleo, não haja tanto desgaste de material, e pelos vistos que os utentes possam ser mais bem servidos.

São pressupostos que nós encontramos aqui nos documentos que nos foram dados. O que é que falta do meu ponto de vista? Bem, falta perceber de uma forma tão objectiva, que valores são estes que estamos a ter?

Vimos aqui que havia valores divergentes (é pena que não nos tivesse sido facultado um documento com os valores) porque já ouvimos aqui o Partido Socialista a avançar com alguns valores, ouvimos também aqui outros colegas da Assembleia avançarem com outros valores, dizerem que não são bem aqueles, que são outros e é por isso seria muito importante. Eu gostava muito de ter no servidor que nós utilizamos para aceder aos documentos, que a Câmara nos proporcionasse, gostava de ter esses números. E porque os números que aparecem no Memorando são números globais, que nós pudéssemos saber ao certo, cada carreira ou cada linha, quantos passageiros é que transportou, quais foram os custos que o município ou que a Moveaveiro teve com essas mesmas linhas, quais são os custos que tem com as outras linhas, que passageiros serve, qual é a taxa de ocupação dos autocarros, e se calhar já agora do outro operador, que pelos vistos anda um autocarro ao lado do outro. Porque isso de andar um autocarro ao lado do outro parece-me que não faz sentido nenhum, quando nós temos que gerir dinheiros públicos.

E se nós temos um operador que pelo facto de passar por determinada zona pode prestar esse serviço, e esse serviço fica mais barato para o utente e para o município, também fica mais barato porque não tem que operar ali e liberta trabalhadores que possam ser utilizados para outro género de serviços. Eu acho que seria interessante que se pudessem criar outro género de mobilidades e que nós pudéssemos em vez de agora os autocarros saírem para determinado sítio que afinal já está servido, pudesse eventualmente criar outro género de serviços. Porque eu acho que no nosso município como em todo o lado, os trabalhadores nunca são demais.

Os trabalhadores têm que ser é bem utilizados e por isso se há trabalhadores que por um ou outro motivo poderão não estar a ser bem utilizados, e não estão a ser bem utilizados de certeza se um autocarro anda atrás do outro a apanhar passageiros exactamente nos mesmos percursos, eu penso que isso é uma frustração para o próprio trabalhador, saber que anda ali a fazer um serviço que afinal poderá ser muito mais bem utilizado.

E por isso eu tenho a certeza (e volto àquilo que disse no início) que nós poderemos encontrar uma solução que seja uma solução de agrado para os trabalhadores, no sentido em que se possam sentir úteis à sua comunidade, num serviço que possa ser mais barato também à sua comunidade e também que esses utentes possam ter o melhor serviço e um serviço menos oneroso. Foram aqui dados alguns exemplos que eu não queria entrar nesses exemplos em concreto, em que existem alguns casos em que realmente o passe que estão a pagar vai ficar mais barato.

Eu peço a compreensão e a tolerância da mesa, para poder gastar mais algum tempo, no sentido de enquadrar a nossa posição, porque eu acho que isso poderá ser importante para os trabalhos no seguimento daquilo que eu vou dizer. E por isso eu estava a dizer, que era importante, que nós pudéssemos então encontrar aqui a solução certa, para que também os utentes possam ter um serviço que seja menos oneroso. E estava quando o Senhor Presidente me interrompeu a dizer que gostaria de pegar no exemplo que aqui foi dado, que me parece se não será razoável, que o passe que se utiliza no nosso município de Aveiro, só possa servir umas carreiras e que não possa servir outras carreiras e se servir todas as linhas, fique mais oneroso para o município de Aveiro. Parece que há aqui margem para alguma negociação, que a Câmara poderá fazer e é nossa recomendação, uma vez que estamos a falar de um acto de gestão que pode fazer.

E também propunha que quando se considera que é do interesse de todas as partes outorgantes, a introdução de critérios rigorosos de racionalização e boa gestão dos meios disponíveis, salvaguardando sempre o interesse superior e específico interesse das populações e utilizadores abrangidos pelos percursos, que isto seja quantificado e que não fique vago, porque nós ficamos sem saber realmente quais são as propostas de racionalização e seria importante que nós o pudéssemos ter.

Em relação também a este Memorando, nós notamos aqui os custos que aqui são referidos, os custos salariais mensais directos estimados em 12,5%. Os tais, pelas minhas contas, estes

12,5%, parece-me que será o custo da redução dos funcionários que (aqui já ouvi dizer) seriam integrados na Transdev da passagem da Moveaveiro para a Transdev?

Por isso, se são à volta de dez ou de vinte até, é um valor então que permite ao município de Aveiro uma redução dos custos salariais mensais, que poderá ser até muito superior, sem sequer se poder recorrer a despedimentos.

Agora, também me parece, que os trabalhadores devem fazer um esforço para que o seu trabalho possa ser visto por todos os municípios como um trabalho que é útil para a sua comunidade e não andar um autocarro atrás do outro, não é útil para a comunidade. Tenho a certeza que os trabalhadores conhecem muito melhor do que eu quais são as soluções que se podem arranjar e por isso o meu desafio é que a Câmara, juntamente com os trabalhadores e com os seus representantes, possam encontrar uma solução que seja benéfica para todas as partes, porque só assim é que a comunidade, esta nossa comunidade, pode progredir e servir também e ser exemplo para o nosso país e que tanto precisamos de bons exemplos para o nosso país. Muito obrigado.”

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁴²

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁰⁴³

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰⁴⁴

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰⁴⁵

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰⁴⁶

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁷

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Deputado Salavessa, em primeiro para saudar a coerência da sua posição na defesa intransigente do serviço público que está na matriz da doutrina do partido comunista e essa fidelidade, naturalmente, saudamos. É verdade que essa experiência quando colocada em prática no mundo, em diversos países, não resultou, correu mal. As próprias populações, na prática, acabaram por dizer que não queriam isso e mudaram os sistemas que estavam, o sistema comunista. Mas há coerência na sua afirmação.

Quanto ao facto do empréstimo financeiro não cumprir os seus objectivos é sempre daquelas coisas que se dizem de passagem para ficar no ar.

Mas só para lhe dizer que aquilo que na altura eram pagamentos de juros de onze por cento, das dívidas que nós não conseguíamos pagar, dos duzentos e oitenta milhões de passivo que herdámos, a operação de saneamento permitiu pelo menos que pagássemos isso e que agora estívéssemos a pagar não onze por cento, mas os três por cento que estamos a apagar agora. Portanto há aqui objectivamente uma grande conquista e um resultado muito positivo que foi a operação de saneamento.

Quanto à questão do “transfer”, isto de mudar de autocarro a meio do percurso não me parece ser uma boa ideia, não me parece avisado, nem desejável.

Quanto aos argumentos económicos que aqui foram apresentados, mas não demonstrados, parece importante referir essa transferência do dinheiro que é de todos, do município, em sete anos, foi de dezassete milhões de euros. É um número que é muito claro e que demonstra o peso que têm essas transferências para a MoveAveiro.

Quanto ao artigo sessenta e dois é bom ler o número seis, depois o sete, o oito, o nove, o dez, todos os que estão a seguir, até para percebermos aquilo que o STAL, de forma insuspeita, diz no documento que tem. O STAL conclui inquestionavelmente, no seu documento, que o que está em causa, a curto ou médio prazo é esse despedimento das pessoas.

Quanto a decidirmos primeiro e discutirmos depois. Há aqui alguma confusão. Se calhar não fomos suficientemente claros ou não fui suficientemente claro na primeira intervenção.

O documento que aqui está e que nos pareceu bem trazer à Assembleia Municipal não é o “Memorando de Entendimento” final.

O documento que aqui está, é um documento que define condições gerais que terão de ser vertidas e cumpridas naquele que será o documento final, que será elaborado e que será presente à reunião de Câmara.

E esse documento tem naturalmente de cumprir aquelas que são as condições gerais que estão vertidas neste documento que aqui hoje está em discussão.

Portanto, o que está hoje em apreço, em análise, é uma discussão de diversas condições gerais às quais o município fica subordinado e comprometido a cumprir, na íntegra, e às quais não pode fugir. E porquê? Porque um Memorando desta natureza, quando for elaborado e aprovado no Executivo, é de uma minúcia muito grande, tem que ir ao pormenor, de definir todos os trajectos, de definir todos os horários, de definir todos os preços. E de acordo com a Lei, a Assembleia Municipal, enquanto órgão deliberativo do município, cumpre-lhe definir as condições gerais nestes processos. Ao Executivo cumpre-lhe, depois, definir as condições específicas desses mesmos processos. Até para os agilizar.

Se viesse aqui à Assembleia Municipal o documento final, o memorando final, em que tinha os percursos e os horários, se depois, na prática, quando se constatasse por sugestão das pessoas ou das juntas de freguesia que era necessário alterar algum percurso ou algum horário, tínhamos que esperar que a Assembleia Municipal voltasse a analisar o documento. Portanto, estão aqui condições gerais. A partir daqui, naturalmente, o Executivo vai trabalhar sabendo que tem esta baliza que está aqui e que ficará definida, neste momento está apenas o compromisso. Se tivesse uma deliberação, seria nos termos da deliberação. É uma baliza para o trabalho que vai ter de fazer a seguir.

O que é que dizem os utentes de Águeda? Não sei. Não sei, não tenho que saber e naturalmente não quero saber.

Quanto ao pagarmos duas vezes. O exemplo que deu, enfim... significa que se numa área pagamos duas vezes e se na outra pagamos duas, portanto, há aqui um fatalismo. Temos que nos convencer e baixar os braços e continuar a pagar duas vezes, mesmo que não seja necessário pagar duas vezes. O que se pretende é, naquilo que é possível, é que os cidadãos paguem apenas uma vez.

A Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Esgueira participou activamente no processo. Agradeço-lhe, como já agradeci a todos os Srs. Presidentes de Junta a sua colaboração nessas reuniões. Registei a sua postura construtiva, não tendo nada a obstar no decurso das reuniões que foram colocadas e, por isso, é com alguma estranheza que hoje, aqui, a vejo a usar a palavra e a levantar essas questões.

Quanto ao Gonçalo da Fonseca, isto são as tais coisas que a política tem. Numa discussão política, normalmente, a primeira vítima é a verdade.

Gonçalo da Fonseca muito bem em termos políticos. Tem a expectativa de que a Transdev irá ter um bom natal, penso que foi a expressão que utilizou, ou perto disso, de “mão beijada” lhes vamos dar seiscentos e oitenta mil euros!

Disse apenas uma parte e intencionalmente, em termos políticos omitiu a outra parte. É que se for por essa razão a Transdev não terá um bom natal. Porque se é verdade que pode receber numa mão seiscentos e oitenta mil, também é verdade que vai receber na outra um milhão e cem mil para pagar esses seiscentos e oitenta mil.

É bom nestas coisas dizermos sempre a verdade inteira. Não tivemos nenhum prurido em dizermos assim, em nome da verdade: vamos deixar de receber seiscentos e oitenta mil euros e vamos deixar de gastar um milhão e cem mil.

Não escondemos nenhum dado do problema para permitir uma melhor análise.

Eu não vou recuar muito, mas é bom ouvir falar em termos de gestão, como é que ela deve ser feita. É tão bom estar na oposição e dar conselhos e sugestões e isso tudo. Eu não vou recuar, só dizer que se há alguém que é responsável pelas dificuldades que temos tido no município, se há alguém que é responsável pelas dificuldades que temos tido no país e que estamos agora a sofrer as consequências, esse alguém está perfeitamente identificado. Tem um rosto e mostrou

que na sua gestão, muito embora agora venha dar lições, foi despesista e conduziu-nos a esta situação. É um pouco a lógico do “olhem para o que eu digo mas não olhem para o que eu fiz”.

Quanto ao monopólio e ao perigo do monopólio. É exactamente para impedir que possa surgir o monopólio que há um documento escrito e há o Memorando. Porque este documento estabelece de forma clara, de forma objectiva, aqueles que são os compromissos e o tempo em que esses compromissos irão decorrer entre as partes. Portanto, não há aqui nenhum aproveitamento monopolista porque as regras são definidas num documento que há-de ser elaborado entre as partes.

E naturalmente que nunca iremos abdicar daquela que é uma vantagem, uma mais-valia que nós temos neste processo que é esta concessão, que é nossa, e que serviu também neste processo.

Quanto às intervenções importantes que houve aqui e que foi necessário ponderar é exactamente o que está a acontecer. Estão aqui as condições gerais e estamos aqui a ouvir para depois então entrarmos no memorando.

Quanto ao serviço público, dar-vos nota do seguinte. Dos trezentos e oito municípios que há neste país, em trezentos e um ou trezentos e dois não há serviço público de transporte da responsabilidade do município. Aveiro é juntamente com mais cinco ou seis municípios no país dos únicos municípios que está a assumir custos e responsabilidade no transporte público.

O que também quer dizer que Aveiro ou os aveirenses são dos poucos cidadãos nacionais que dos seus impostos estão a ser desviados, aqui, através do município, para o pagamento deste transporte. Será que são os trezentos e um ou os trezentos e dois que estão enganados e será que somos nós que estamos certos? Será que é justo, do dinheiro do município, enquanto nos concelhos aqui à volta, e mais os trezentos e dois do país, será justo que num país quase todo, os cidadãos não tenham que pagar através do município esses impostos, e nós tenhamos que o pagar? Fica aqui a pergunta.

Quanto ao lucro que os SMA davam. Era lucro em cima de lucro. Quando chegámos à Câmara e aos SMA, em dois mil e cinco, o que lá estava era uma dívida de doze milhões e meio. Portanto não sei que lucro é que lá estava com uma dívida de doze milhões e meio para ser paga nos Serviços.

Quanto à afirmação aqui produzida de que a Câmara vai agora a reboque de uma lei. Eu confesso que é a primeira vez na minha vida que oiço alguém dizer que alguém vai a reboque de uma lei. Ninguém vai a reboque de uma Lei. Cumpre a Lei. As leis cumprem-se, não é ir a reboque. Estando num Estado de Direito temos que a cumprir, não é ir a reboque, como é evidente.

Também quanto à afirmação aqui produzia de que no primeiro mandato já dizíamos ou escrevíamos de que íamos acabar com as empresas municipais ou reduzir as empresas municipais, não é verdade.

No primeiro mandato, e está escrito, portanto não há hipótese de alterar isso, o compromisso que está escrito é parar com a proliferação de empresas municipais.

O compromisso da redução de empresas municipais é só para o segundo mandato.

Portanto é a partir de dois mil e nove, dois mil e dez. É pena não conhecerem o programa, não saberem o programa que nos norteou, porque o dei a conhecer, e porque não o conhecendo leva as pessoas ao erro.

Em relação à questão do Dr. Marques Pereira em nós distribuímos o documento às Juntas e depois é que foi para reunião de câmara. É evidente que há uma entidade neste processo que é nuclear. Este processo só pode ir a reunião de câmara depois de termos reuniões com as Juntas. Se não, levávamos a reunião de câmara um assunto sem falar primeiro com as Juntas corríamos o risco de estar a apresentar uma coisa com a qual as Juntas não concordavam. E andávamos toda a vida nisto. Só há um caminho neste processo. Falámos com quem tínhamos

que falar primeiro, com as Juntas de Freguesia, a seguir levávamos o assunto a reunião de câmara, e viemos trazer o assunto, em termos gerais, à Assembleia Municipal.

Outra curiosidade, pelo que foi dito há pouco, ainda pouca gente sabe hoje os pormenores deste processo. Houve muita informação omitida. E há informação que neste momento está a ser trabalhada para se chegar ao documento final.

Bem, só não percebo é como é que há mais de um mês o Partido Socialista, com muito menos informação, sem saberem mesmo nada, foi através da voz do seu presidente da concelhia, formalmente contra um processo do qual não tinha elementos. Do qual nada sabia!?

É que depois coloca-vos numa situação delicada e difícil que é esta: quando um Presidente de uma concelhia vem publicamente tomar uma posição em relação a um processo do qual não tem elementos nenhuns, depois coloca as pessoas numa posição delicada que têm de andar a encontrar elementos para defender uma posição que foi tomada sem ter conhecimento dela.

Quanto ao passe da terceira idade. No documento final, como é evidente, a situação está clara e inequivocamente salvaguardada como é nosso dever. Da nossa parte fica tudo salvaguardado.

Quanto aos preços em Aveiro. Como foi aqui mostrado e evidenciado com documentos, os cidadãos pagam mais pelo transporte do que nas outras cidades do país. É exactamente por pagarmos mais do que pagam os outros todos que temos de tomar medidas para que isso não continue. Porque não é justo que a gente ande a pagar mais do que pagam os outros.

Quanto à questão jurídica e à certeza jurídica que aqui foi falada. Foi exactamente por isso que nós remetemos o processo, embora ainda embrionário, porque há estes pormenores todos que estão a ser acertados para a entidade que no país tem competência para se pronunciar.

O processo está em curso, como já referi aqui, e remetemos o processo para que a entidade o possa analisar. Nós temos oferecido elementos adicionais à medida que temos acordado novas coisas por forma a que essa entidade se possa pronunciar, na certeza de que qualquer documento que venha a avançar fique sempre condicionado a esse parecer que, para nós, é um parecer vinculativo e sobre o qual essa entidade tem de se pronunciar.

Porque é que esta medida é válida por dois anos, foi aqui perguntado. Penso que dispensa resposta. Por prudência, por cautela, por bom-senso. Independentemente da convicção que nós possamos ter em determinado processo, independentemente de termos a certeza do que possa ser bom para os utentes, do que possa ser bom para os cidadãos, nestas coisas quando gerimos o que é de todos temos que ter cautela. Ao definir dois anos significa que estamos a viver uma experiência, vamos experimentar. Dois anos depois quem estiver aqui no município pode anular e voltar ao início ou pode prosseguir, fruto da avaliação que faça desta experiência. Esta é também uma riqueza que este processo tem. É não nos hipotecar para o futuro.

Em termos finais dar-vos nota do seguinte. A vida é norteada por princípios. Há princípios dos quais não podemos fugir. Quero aqui dizer-vos que neste processo vamos, como é nosso dever, primeiro cumprir a lei. Não é ir atrás da lei, é cumprir a lei, mesmo que possamos discordar dela. Fazemo-lo por consciência e por dever, como é evidente. Estamos num país de direito e temos que a cumprir.

O segundo princípio é a defesa do interesse público e que é nosso dever, intransigentemente, defender. É continuar a gerir da melhor forma que podemos e sabemos, da forma mais cuidada possível o dinheiro que é de todos e, fundamentalmente, ter a certeza que as nossas decisões, aquelas que tomarmos hoje, não irão hipotecar o futuro dos aveirenses. E aquele exemplo dos “dois anos” é mais uma prova disso.

Nós temos que mudar. Os municípios no país estão numa encruzilhada. Perdoem-me que vos roube um ou dois minutos. A realidade dos municípios hoje não é a mesma que nós conhecemos há dez anos. É radicalmente diferente do que era há dez anos.

Neste percurso, cada vez as autarquias recebem menos dinheiro da administração central. Nós já temos cortes que vão acima de trinta por cento daquelas que eram as transferências que

vinham para o município. É menos trinta por cento de dinheiro que se recebe. As licenças de obras, de loteamentos, que eram um pilar fundamental nas receitas dos municípios estão conforme sabem que estão. A alienação de património que era outra das formas dos municípios angariarem fundos e terem dinheiro, neste momento, com a situação do país, não existe e não cria receita. O próprio IMI, agora quando foi para ser recebido, foram menos duzentos e cinquenta mil euros que recebemos, da indicação que nós tínhamos, e que foram cortados à última da hora.

No fundo temos cortes em todas as receitas. E isto tem que se repercutir naquela que é a realidade do município. Nós não temos forma, meio, nem dinheiro para continuar a passar dezassete milhões de euros, em sete anos, apenas para uma entidade do município. Não temos forma, nem meio de o fazer.

Temos, naturalmente, o dever de prestar um bom serviço, um serviço que seja mais barato para os utentes, para os cidadãos, e que seja mais barato também para o Município. Sempre na defesa do interesse público, como é óbvio e nossa obrigação. Muito obrigado”.

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁸

“Sr. Presidente. Srs. Deputados. O debate trouxe uma ou outra ideia nova. Acho que aquela que é mais relevante mas que tem, por isso mesmo, enfrentado foi a tomada de posição de três presidentes de junta, se não estou em erro, defenderam que, no caso concreto, as populações das suas freguesias, ou, pelo menos, parte delas, iriam beneficiar com aquilo que é anunciado. Perante esta informação, que aliás não nos surpreende, aquilo que queremos dizer é que não olhem para as coisas no curto prazo, preparem-se para as consequências no futuro, quando a situação do monopólio, efectivamente, se verificar, preparam-se para aquilo que vai acontecer se a MoveAveiro for destruída, sem a conveniente municipalização. E, perante o facto que é a benesse que a câmara se prepara para conceder, que eles consigam praticar essa situação isso significa maiores dificuldades para o conjunto das freguesias para o conjunto da população que é servido pelas outras linhas. E não mais facilidades.

Facilidades ocorrerão se a gestão da MoveAveiro for melhorada, se forem introduzidas alterações na gestão que levem à melhoria global do serviço. Porque um serviço público, e um serviço público de transportes, é algo que as populações acarinham. E não é preciso ir para os países ex-socialistas, ex-socialistas porque neles estavam no poder o Partido Comunista, porque eram os únicos com serviços públicos essenciais à população. E não me parece que a população desses países, no seu processo de exigência de outro sistema que tenham defendido o fim da gratuidade do ensino, o fim da gratuidade da saúde, tenham defendido o fim da rede de transportes públicos a preços acessíveis para os trabalhadores. Mas eu também lembro que são de topo, nesta área, os países nórdicos, os países do norte da Europa, países em que o sistema foi implementado, na sua maioria, por partidos sociais-democratas, verdadeiramente dignos desse nome, e que ainda hoje mantêm esse serviço público de qualidade. Serviço que implica, obviamente, uma participação pública ou uma comparticipação em subsídios, uma comparticipação em apoios. O melhor sistema de transportes públicos do continente norte-americano, em dois mil e quatro, era a Autoridade de Transportes de Toronto que apenas conseguia uma cobertura de oitenta e um por cento em relação às despesas. Portanto, os restantes dezanove por cento resultavam de subsídio ou municipal ou federal. Estar inerente à prestação do serviço público uma possível subsidiação é um facto, mas, Sr. Presidente, o que é senão um subsídio ao transporte privado todo o investimento que se faz em novas estradas, em novos pavimentos, etc., etc. Portanto, o que é que pagam os automobilistas de retorno pelo preço das estradas, por esses caminhos, por esses arruamentos. É evidente que há um investimento municipal nessa parte da mobilidade. Portanto, é natural que se patrocine, que se invista, na rede que vai beneficiar todos, no serviço público, que diminui a carga sobre a rede,

que diminui o desgaste da rede. É isto que é preciso ler, era isto que era preciso ver, num plano de mobilidade, do qual saiu agora o diagnóstico, que está previsto ser discutido para Novembro, e que a Câmara se está a antecipar com um conjunto de medidas avulsas, avulsas mas com uma soma muito substancial, antes mesmo do plano de mobilidade estar discutido. Que sentido faz discutir um plano de mobilidade quando já se decidiu a concessão disto, já se decidiu a concessão daquilo, já se prescindiram de redes, etc., etc. Há um conjunto de situações que não fazem sentido.

Depois, o Sr. Presidente disse que é preciso ler o resto. Oh Sr. Presidente, lendo o resto o que é que temos? Quando eu digo que é possível integrar a totalidade dos trabalhadores da MoveAveiro e que essa integração só é possível se o serviço for mantido, se o serviço for alienado é evidente que não é possível, o que é que diz a seguir? Diz que os que fizeram contrato no último ano, melhor, no ano antes da dissolução, não podem ser integrados. Quantas admissões houve na MoveAveiro neste ano? Quantos dos trabalhadores que aqui estão foram contratados no último ano? Portanto, é uma exclusão. A outra é que é preciso a aprovação orçamental, que o governo central dê a chancela. É preciso a Câmara entender isto como uma luta, mas para ir à luta irá à luta em melhores condições se não proceder a esta alienação do serviço. É, no essencial, o que eu tenho para esta última ronda, com um apontamento.

Na minha primeira intervenção anunciei a nossa intenção, para que isto não ficasse em águas de bacalhau, de agendar para a próxima sessão uma proposta de recomendação à Câmara em que deixasse de forma clara as questões políticas centrais, não à alienação, sim à integração dos serviços. Depois da minha intervenção, o PS anunciou a intenção de apresentar, ainda hoje, uma moção nesse sentido. Eu quero deixar aqui expressa, publicamente, a posição de que: primeiro, é viável a apresentação já que faz parte do conteúdo da Ordem de Trabalhos, portanto, é possível; segundo, a nossa disponibilidade para subscrever uma proposta comum, um documento comum, com o PS ou com um alargamento ainda maior, se for possível, sem que isso invalide a hipótese de apresentar uma moção de recomendação se o conteúdo daquela que for votada hoje não corresponder ao entendimento global do PCP sobre esta matéria.”

(Entretanto saiu da sala o Vogal Rui Miguel Macela Leal Vaz)

Presidente da Mesa⁰⁴⁹

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵⁰

“Quem esteve aqui, hoje à noite, percebeu logo, à partida, que os deputados que pediram para intervir, ou pelo menos a sua grande maioria, se opõem a esta política ruinosa para a nossa cidade, para os cidadãos e, principalmente, para os trabalhadores. Numa relação, mais coisa, menos coisa, de dez para um. E isto quer dizer algo de muito óbvio. Os que estão contra sabem porquê, os que estão a favor não sabem. Mas aquilo que todos sabemos, aquilo que são as condições gerais que, como o Presidente diz, o concreto ainda não está definido, é que há um serviço público que vai deixar de existir e, no lugar dele, vai haver um monopólio privado. Para esse monopólio privado não ser grave, depois decidimos as coisas pequeninas. Mas que ele já está decidido, já. E isto não tem lógica nenhuma. Primeiro decide-se a grande asneira e depois tentamos chegar às conclusões das pequeninas para contrariar essa grande asneira. Aquilo que todos sabemos é que, a partir de agora, a Câmara Municipal de Aveiro fica impedida de lutar junto da administração central pelo apoio que existe em Lisboa e no Porto à mobilidade pública. Vai contribuir para que Aveiro seja cada vez mais um deserto neste âmbito. É claro que sabemos que a Câmara nunca lutou para acabar com essa injustiça que é Aveiro não receber dinheiro para o seu sistema de transportes públicos e os outros sim. E, por isso, estamos esclarecidos sobre a orientação política do PSD nesta matéria de mobilidade. É

tão má que chega a ser cómica. Por exemplo, aquilo que era celebrado em Aveiro até ao ano passado como o Dia sem carros, agora transformou-se como o Dia sem Carros no passeio. Talvez para o ano tenhamos o Dia sem carros na garagem. Isto é cómico mas é grave. Aliás, por falar em impostos que o PSD diz que não devem ser usados em transportes públicos sabemos que o PSD concorda, de facto, que o dinheiro dos impostos não devem servir para a mobilidade, não devem servir para a saúde, não devem servir para a educação. Para o PSD os impostos devem servir para tapar buracos de bancos, para fazer pontes gigantescas no centro da cidade, ou construir porcarias, etc., etc. Para a mobilidade é que não. Esta é a verdade total. E a questão principal aqui e que é, de facto, importante, é o que vai acontecer aos trabalhadores. E eu não percebo como é que há deputados de direita que dizem que os trabalhadores vão ficar melhores depois de serem despedidos. Só se for na lógica do Passos Coelho em que tudo é uma oportunidade. Bom, vocês vão para a rua é uma oportunidade. As pessoas vão para o desemprego e vão viver pior. É isso que vai acontecer: desemprego. Este Executivo está a atirar mais pessoas para o desemprego. Não disfarcem isso. E está a atirá-las para o desemprego numa altura de dificuldades extremas e, portanto, eventualmente, para a fome. É isso que o BE não aceita, não vai aceitar. Nós não aceitamos que se hipoteque o futuro dos aveirenses. E alguns aveirenses, pelo menos, vão ficar com o futuro hipotecado por causa disto. A Câmara Municipal de Aveiro, e com isto termino, tem hoje uma última oportunidade de voltar atrás neste negócio amiguista e de lutar pela continuação destes postos de trabalho. Tem essa oportunidade e é isso que deve fazer. E se não o fizer, e isto é uma garantia, vamos encontrar, frente-a-frente, muitas vezes, nesta matéria, incluindo numa exposição ao Ministério Público que começa já hoje com a assinatura de uma moção comum. Muito obrigado.”

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁵¹

Vogal Romana Fragateiro (PS)⁰⁵²

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: ⁰⁵³

“Muito obrigado. Vou ser muito breve até porque não vale a penas, aqui nesta Assembleia, gastar muito tempo. É escusado. O Executivo não sabe e não quer aprender. Nem quer ouvir! Tem toda a verdade, mas não sabe — penso eu que nem sequer se capacita do mal que está a fazer a Aveiro e aos aveirenses.

Está entalado entre duas coisas. Na senda privatizadora ideológica e na sua incompetência. Sempre que é preciso fazer alguma coisa, privatize-se. Os privados fazem melhor que nós! Fazem melhor que nós porque sabem alguma coisa, sabem gerir.

Por outro lado, a sua incompetência diz que se outros podem fazer melhor por que é que havemos nós de nos chatear. Os outros fazem. É escusado... De facto, o que os aveirenses têm é de esperar alegremente que o tempo passe depressa e que venham as eleições para este Executivo ser corrido definitivamente e deixar de fazer estes malefícios a Aveiro.

Quanto aos SMA e ao que existia anteriormente nos Serviços Municipalizados de Aveiro. De facto eles estavam equilibrados. Havia dívida, pois havia. Havia porque se tinha feito toda a rede de água no concelho, numa cobertura de água e saneamento em cerca de noventa e cinco por cento do concelho, que foi, por acaso, por este executivo, entregue a uma empresa privada por um prato de lentilhas e que rapidamente foi desbaratado. Essa é que é a verdade. É isso que há-de ficar na história de Aveiro.

Quanto à MoveAveiro não é fácil gerir a MoveAveiro. É difícil. Mas, obviamente que, depois de se ver que o que se paga é mais do que nos outros sítios, depois de se ver tudo isso, que o nosso serviço é mais caro, ou seja, que a empresa recebe mais do que nos outros lados, se houver as transferências adequadas de serviço público, obviamente se se presta um serviço público têm de ser feitas as devidas transferências de serviço público, com uma gestão

adequada, a MoveAveiro pode ter futuro. Mas nunca terá futuro é com a gestão que tem e na campeia, no meu entender e no entender de muitos aveirenses, algum compradio.”

(Entretanto saíram da sala os Vogais Casimiro Simões Calafate, Antero Marques dos Santos, Telmo Vieira Martins, Carlos Mário Magalhães Anileiro, David Paiva Martins, e Fernando Tavares Marques)

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [054](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Só para fazer uma alusão às palavras do Senhor Presidente, que já é um discurso recorrente sobre a questão da “pesada herança”.

E dizer-lhe que as suas palavras me fazem lembrar uma rábula que se conta da política dos Estados Unidos da América, que quando o pai Bush tomou posse como Presidente, o Ronald Reagan entregou-lhe três cartas, e disse-lhe na altura, esta é uma tradição nos Estados Unidos, sempre que estejas em apuros políticos abres um destes envelopes que estão seguidos. O primeiro, o segundo e o terceiro. No primeiro aperto político o pai Bush abriu o envelope e lá estava escrito “culpa o teu antecessor”. E assim foi e livrou-se da situação! Passados uns meses o pai Bush teve outra vez uma atrapalhada e teve que abrir o segundo envelope e nesse segundo envelope aparecia de novo “culpa o teu antecessor”. À terceira trapalhada, o pai Bush pensava que lhe ia acontecer a mesma coisa e abre o terceiro envelope e o terceiro envelope dizia: - “está na altura de escreveres os três envelopes”. Obrigado.”

Vogal Francisco Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [055](#)

“Muito rapidamente. Só um aparte. Agradeço muito ao Dr. Olinto Ravara a sua preocupação com as nossas férias. Posso-lhe dizer que as minhas foram boas e usufruí bastante da “piscina municipal” — mas de Águeda, porque a nossa cá, aqui, enfim... falaremos nisto depois.

Relativamente à questão daquilo que temos aqui para votar, eu não percebo. Nós não deliberamos sobre o que aqui está, mas o documento diz: “Celebração do Memorando de Entendimento” blá blá blá blá. Temos aqui um outro documento que é sobre a MoveRia onde nós vamos deliberar e o título diz: “Princípios Gerais de...”. Deve haver aqui alguma confusão e é bem que se perceba o que é que nós estamos aqui a fazer? Porque o Sr. Presidente acabou de dizer que este não é o documento definitivo, que ainda há-de cá vir outra vez.

Ou seja, um documento que tem um título definitivo tem que cá vir outra vez? Um documento que tem princípios gerais... (é o que aqui está). É o que está no cabeçalho dos documentos. Portanto era bom que nós entendêssemos exatamente o que estamos aqui a apreciar. É que ainda por cima o outro ainda tem menos páginas do que este. Ou seja, este tem cinco e regula uma proposta de Memorando, o outro tem três e regula um princípio de uma concessão!?

De facto, eu, pelo menos, não percebo bem exactamente do que é que estamos aqui a ver em termos de documentos.

Só para finalizar. Eu fiquei plenamente esclarecido sobre o porquê da tomada de decisão deste processo. É que, de facto, Aveiro é dos seis municípios que tem transportes públicos. Há trezentos e dois que não têm. E muito provavelmente o Sr. Presidente está a sentir-se sozinho e portanto vamo-nos juntar aos trezentos e três e vamos deixar de fazer parte do clube dos cinco. Estou esclarecido sobre o que leva o Município de Aveiro a tomar esta decisão!”

(Entretanto saiu o Vogal José António Tavares Vieira)

Vogal Marques Pereira (PS) [056](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [057](#)

“Muito brevemente e tem a ver com as declarações do Sr. Presidente que diz cumprir a Lei. Eu volto a repetir para que fique claro. A Lei permite claramente que se possa repensar na possibilidade objectiva de reintegrar a MoveAveiro nos Serviços do Município. Tem que se avaliar como, de que forma, tem que se melhorar a organização, etc., etc. mas permite.

O que este Memorando de Entendimento não vai permitir (e vai complicar) é a partir do momento em que assine isto, tem por dois anos esta obrigação. E depois se faz a dissolução da empresa no prazo de seis meses, vai-se perder a oportunidade de se usar esta Lei que tem de ser feita exactamente a seguir ao prazo dos seis meses da dissolução. Tem que se pensar logo na reintegração da empresa se for essa a intenção da autarquia — pelo menos isso tem que ficar em aberto.

Ou seja, este memorando prejudica que se possa depois inverter o processo. Assina-se este memorando e é o fim da MoveAveiro, ponto final parágrafo, sem qualquer tipo de possibilidade.

E para que fique claro, o Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira há bocado chamava-me a atenção para o número dez. Mas eu leio o número onze que diz o seguinte. Peço desculpa mas isto é realmente importante: «o disposto dos números seis a dez, portanto o dez incluído, como o Sr. Vereador dizia, aplica-se aos trabalhadores detentores de contrato de trabalho por tempo indeterminado, que tenham sido admitidos, pelo menos, um ano antes da data de emissão da dissolução da empresa local». Porque é que o legislador pôs isto? É para não se encaixarem vinte ou trinta funcionários que sejam amigos e comparsas e não sei quê — não estou a dizer que seja o caso, e depois aproveitar para entrar tudo no funcionalismo público.

Depois até prevê mais, para o caso de algum habilitoso se lembrar (o que até acho estranho estar aqui porque normalmente o legislador não é previdente em relação a isto) que é prever que depois o trabalhador não tenha direito a ser ressarcido pela extinção do seu posto de trabalho por dissolução da empresa municipal — o que não faz sentido porque se depois passa para o funcionalismo público não faria sentido estar a receber uma indemnização de uma empresa, o que já aconteceu, até penso que na questão aqui da Orquestra das Beiras em que um atual funcionário que ficou conhecido em relação a isto. Mas não quero voltar a este assunto.

E depois diz no número doze, para efeitos do disposto do presente artigo “a deliberação da dissolução da empresa e tal, e depois tem os critérios que é preciso fazer”. Para convencer quem? Para convencer as entidades públicas de que o que se está a fazer na reintegração e de meter no funcionalismo público, estamos a falar de transformar em contratos públicos de trabalho os setenta trabalhadores que fazem parte da MoveAveiro e que não o são neste momento? Funcionários públicos e têm contratos individuais de trabalho. Estamos a falar disso? Temos é de provar que eles são efectivamente necessários ou não sem que tenham de ser cumpridos os requisitos, que é o que diz o número dez, que diz que «têm de ser cumpridos os requisitos legais para a construção da relação jurídica de emprego público». Daí que o Dr. Pedro Ferreira dizia, com alguma razão, cuidado com isso que é necessária a autorização dos três ministros. Só que isto só se aplica para todos aqueles que tenham contrato celebrado com a MoveAveiro há menos de um ano. Não se aplica para todos os outros, que devem ser provavelmente, a maioria.

Eu não sei o que é que diz o parecer do STAL que o Presidente da Câmara Élio Maia leu. Eu não sei o que é que diz o parecer do STAL. Não sei se diz bem ou se diz mal, também não quero pronunciar-me sobre isso.

Agora uma coisa é certa. Eu tenho a certeza do que estou a dizer. E pelo menos é, no mínimo, defensável aquilo que eu estou a dizer. Eu estou a ler a Lei, é um entendimento literal que qualquer cidadão consegue fazer deste Decreto-Lei.

E não poderia ser de outra forma porque o legislador tem de perceber que quando fez esta lei da extinção das empresas municipais, a grande maioria delas não prestasse serviço público nenhum, admito que sim, mas alguma prestavam que é o caso da nossa. É o caso da nossa. Se me perguntar a EMA faz algum serviço público? Não faz. Vamos a isso, vamos fechá-la. E as outras empresas municipais, mesmo no caso do nosso município, vamos fechá-las. Agora, não é o caso da MoveAveiro.

E, portanto, o legislador teve que pôr uma almofada de saída para se prever essa possibilidade. O Presidente da Câmara poder-me-á dizer: “eh pá, porreiro, isto custa, (desculpe lá o termo, não se referiria a si), com certeza, isto custa um milhão e meio de euros ano, números redondos, só a MoveBus. É um custo que temos de pensar. Eu normalmente não gosto de fazer isto consigo, mas puxou-me os calos quando me respondeu! Puxou-me os calos e apetece-me ser também demagógico consigo. O Sr. Presidente foi falando, porque não sei quê, são os custos dos municípios, todos os municípios suportam isto, é um custo muito elevado, a autarquia não tem dinheiro e por isso todos os cidadãos são sobrecarregados com isto. Apetece-me dizer-lhe já onde é que vão buscar o dinheiro — pelo menos parte dele.

E começava a fazer demagogia consigo, a falar-lhe da ponte, etc., etc. A política não deve ser feita dessa forma. Não deve ser feita, do meu ponto de vista. E não lhe queria dizer isso, mas estive quase para lhe dizer porque me apertou os calos e chateia-me. Lá acabei por dizer, lá calha, mas foi numa maneira muito mais elegante, não me vai levar a mal.

Era só para ficar isto claro e para concluir o seguinte. Estamos todos preocupados com esta questão. Todos. Tenho a certeza que o Sr. Presidente da Câmara e o Executivo também está preocupado com isto. Estão em causa, para além dos postos de trabalho, estão aqui muitos trabalhadores mas (que me desculpem) a principal questão que está aqui em causa é realmente um serviço que é público, que revela uma posição primeira de afirmação de Aveiro como uma centralidade como gosta de dizer o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Nós somos, de facto, dos cinco concelhos do país que têm transportes públicos — e somos por alguma razão. Porque Aveiro tem um estatuto próprio e deve-se afirmar também com isto.

Uma vez o Dr. Pedro Ferreira chamou a atenção, e com razão, que é a parte do benefício estatal, agora estão tempos mais complicados para subsídios, nomeadamente o dinheiro que o Estado faz com o subsídio dos transportes de Lisboa, etc., porque é intermunicipal. Para lhe dizer, e mais uma vez sublinhar, que o futuro da MoveAveiro passa por ser uma empresa intermunicipal, que também tivesse, eventualmente, a água agregada e que pudesse ser de alguma maneira sustentável e que pudesse oferecer aos cidadãos um serviço completo.

Eu reconheço que de facto não faz sentido ir um autocarro para Nariz e depois não passar dali até Oliveira do Bairro. Ou um autocarro só até Aradas ou Verdemilho e depois não ir um bocadinho mais à frente até ao concelho de Ílhavo.

Nós estamos numa realidade urbana intermunicipal, e faz todo o sentido termos isto congregado, no meu ponto de vista. Portanto, eram estas as notas.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[058](#)

“Nesta segunda volta assistimos àquilo que me pareceu o desconforto por parte dos partidos da oposição, ao facto, de aqueles partidos que sustentam a Câmara Municipal de Aveiro têm também feito alguns reparos e terem sido construtivos em relação a este Memorando de Entendimento.

E por isso nós assistimos aqui a momentos de galhofa que realmente nem todos nós nos rimos, mas houve muita gente a rir-se de muitas situações que aqui se disseram. Contaram-se anedotas e por isso é este ambiente descontraído que é importante que também exista, mas que não abona muito a favor. Quando, depois se vem dizer e acusar os outros de tomar decisões de ânimo leve, quando se está a votar uma decisão tão importante, e eu também acho que é uma decisão muito importante e acho que se há decisões de ânimo leve, realmente não é esta

Câmara Municipal de Aveiro, nem são aqueles que nós estamos aqui nesta bancada que não queremos discutir este assunto, realmente com aqueles que conosco querem realmente discutir.

A integração dos transportes num simples serviço intermunicipal regional, como aqui ainda agora foi sugerido, faz todo o sentido.

Se calhar este Memorando vai já ao encontro desta união deste serviço já entre vários municípios, que se calhar não tem que ser um serviço público, deve é ser um bom serviço.

E por isso, dizer que nós PSD, vamos continuar a acompanhar este processo. Esperamos que todos aqueles, e muitas intervenções foram construtivas, que sejam tidas em conta por esta Câmara Municipal e tenho a certeza que se isso vai acontecer, e que o município poderá ficar melhor. Muito obrigado.”

De seguida o Presidente da Mesa interrompeu⁰⁵⁹ os trabalhos nos termos regimentais, no sentido de reunir a Comissão Permanente, para a elaboração de uma proposta de recomendação à Câmara.

Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa deu conhecimento ⁰⁶⁰ao plenário de não existir consenso de todos grupos municipais na subscrição da *proposta de recomendação à Câmara*, cujo teor se descreve:

«Proposta de Recomendação.

Os deputados municipais abaixo assinados, na Assembleia Municipal de 19 de Setembro de 2012, vêm propor, ao abrigo do n.º 6 do artigo 10.º, e da alínea f), do n.º 1, do artigo 27, do Regimento, que a Assembleia recomende à Câmara: - *Delibere anular a decisão de aprovação do texto de memorando de entendimento entre a Câmara municipal, a MoveAveiro, e o grupo TRANSDEV, aprovado na reunião de Câmara de 16 de Agosto de 2012.*»

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁶²

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD)⁰⁶³

Continuando, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁶⁴ a proposta de recomendação à Câmara apresentada pelo Grupo Municipal do PS e subscrita pelos Grupos Municipais do PCP e BE e também pelo Vogal Ernesto Carlos Barros, sendo a mesma rejeitada por maioria, com quinze votos a favor (PS11+BE2+PCP1+CDS1), zero abstenções, e dezassete votos contra (PSD13+CDS4).

Seguiram-se as declarações de voto dos Vogais:

Vogal Ivar Corceiro (BE):⁰⁶⁵

“Ficou aqui demonstrado que esta opção da Câmara é tudo menos consensual. E por uma questão de ética política deveria repensar-se a ligação da MoveAveiro à Transdev e àquilo que na prática é a sua privatização e que vai despedir muitos trabalhadores.”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁶⁶

“Eu votei contra esta proposta de recomendação, pela seguinte razão: na minha intervenção disse e reafirmo, se alguma de vós estiver em condições, seja seguindo a Lei, seja a opção desta Câmara Municipal de assegurar, que o trabalho, o vosso trabalho é certo, eu estarei ao lado dessa posição que disser que o vosso trabalho está garantido. Eu não sei. Vocês sabem? E portanto a minha decisão de voto baseia-se apenas naquilo que eu disse e para ser coerente com aquilo que eu disse.”

Vogal Carlos Barros (CDS)⁰⁶⁷

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Votei favoravelmente esta recomendação à Câmara porque considero que esta Assembleia como órgão fiscalizador deste município, tem todo o direito de fazer as ‘recomendações’ que ache por bem, ao exercício desta Câmara Municipal.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁰⁶⁸

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Fomos subscritores desta proposta e, naturalmente votámos a favor da proposta de recomendação, porque ficou bem patente no debate que há um consenso generalizado sobre o modelo apresentado pela Câmara Municipal e que está insustentado técnica e financeiramente.

Está para se perceber quais são os benefícios para o Município, para os trabalhadores, e para os utentes dos serviços esta doação.

Ficou ainda bem patente que aquilo que nós dizemos no ato do debate, depois tem uma consequência lógica e coerente no ato de votação.

Outros, durante este período, tomaram posições contrárias ao documento, mas na altura da votação acabaram por, qual seguidismo, votar contra a proposta. Portanto, ainda bem que este debate foi amplamente visto e assistido pelas pessoas para se perceber qual é o tipo de conduta que cada Partido tem nesta Assembleia e na política local. Muito obrigado.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰⁶⁹

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Por iniciativa do Partido Socialista a Comissão Permanente após ouvir o Presidente de Câmara, decidiu que este ponto da ordem de trabalhos tratava-se de um mero acto de gestão que deveria ser apreciado pelos diferentes membros da Assembleia Municipal.

O Sr. Presidente da Câmara aceitou esta posição tomada por unanimidade na Comissão Permanente. Qual não é o nosso espanto quando o mesmo proponente, que achou que se tratava de um mero acto de gestão, quer agora interferir com a posição da Câmara nesse mesmo acto de gestão — sendo nós um órgão deliberativo.

Por isso, nós, perante este cenário de, podemos dizer assim de “traição”, em relação àquilo que foi a posição na própria Comissão Permanente, não podíamos de maneira nenhuma participar na farsa que foi esta proposta de recomendação.

Aquilo que o PSD pede aos Serviços de Apoio desta Assembleia é que façam o favor de transcrever em acta aquilo que foram as intervenções dos membros desta bancada, para que fique claro quais foram as recomendações que na realidade e em concreto nós fizemos a esta Assembleia.”

Vogal Catarina Andrade (CDS)⁰⁷⁰

“Tenho apenas a dizer o seguinte: Estavam a fazer-me umas acusações e eu devo declarar o porquê do meu voto. Porque anular, não. Reformular, sim, votaria! E quando votei em Eixo foi no sentido de reformular. Havia questões que não estavam bem declaradas e eu queira que ficassem mais explícitas. Agora, anular, não. O que estão a pedir é para anular e por isso votei contra. Se fosse para reformular garanto que votava positivamente.”

Nos termos do artigo 52.º do Regimento, usaram da palavra para um protesto os seguintes Vogais:

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) ⁰⁷¹

“Para um voto de protesto, Sr. Presidente. Para que fique esclarecido, de facto, há aqui dois níveis de discussão desta tomada de posição do PSD. Um é achar que um expediente formal pode justificar uma posição destas relativamente a um assunto tão importante para o município de Aveiro. Segundo, é esclarecer o seguinte: Esta Assembleia não tem legalmente o poder de deliberar sobre a decisão que a Câmara Municipal tomou no dia dezasseis de agosto.

Não tem! E era isso que vinha na ordem de trabalhos. E aquilo que nós avisadamente falámos na reunião da Comissão Permanente é que esta Assembleia não estava em condições legais de o poder fazer. Porquê? Porque se nós tivéssemos uma posição final contrária a esse Memorando ela não tinha nenhum efeito prático formal. A Câmara podia pegar nessa votação e deitá-la para o caixote do lixo.

Outra coisa é nós exercermos o nosso principal papel que é um papel político e fiscalizador daquilo que se passa na Câmara. E por isso apresentámos uma proposta de recomendação que não tem a ver com a deliberação que foi tomada, porque nós com essa nada podemos fazer. Mas uma proposta de recomendação sim, porque percebemos de todo o debate político que há um amplo consenso sobre a fragilidade deste Memorando.”

Vogal António Salavessa (PCP)⁰⁷²

“No fundamental o protesto deve-se ao facto de ter sido levantada uma enorme confusão entre duas questões que são diferentes.

Uma coisa era a deliberação municipal sobre a qual nós não poderíamos deliberar, outra coisa é o exercício de uma competência de que não abdicamos — da competência municipal de fiscalização que pode ser expressa, e foi expressa, numa proposta de recomendação à Câmara.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁷³

De seguida o Presidente da Mesa, nos termos do artigo 52.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, colocou à deliberação do plenário⁰⁷⁴ o prolongamento para o dobro, a duração desta sessão extraordinária, sendo aprovado por unanimidade.

Continuando, o presidente da Mesa deu por encerrada a primeira reunião da Sessão Extraordinária de Setembro, informando que a próxima reunião será no dia 26 de Setembro (4.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 02:00 horas do dia 20 de Setembro de 2012.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(5:30)